

ADVERSO

ANO II, N.º 11 - SETEMBRO/OUTUBRO, 1989

Foto: Luiz Abreu



Detalhe do painel alegórico da Fundação da Universidade (Aldo Locatelli, 1958), da sala do Conselho Universitário - CONSUN.

ESTATUINTE:

***O que este
senhor ainda
vai assistir?***

No encarte, nossa homenagem
à Revolução Francesa

Fim de uma gestão

Este é o último número do jornal **ADVERSO** da gestão 87/89. Ao cabo de onze edições, conseguimos fazer um veículo de informação e comunicação de qualidade reconhecida.

Nosso Jornal ressentia-se ainda de colaborações espontâneas dos professores, enviando matérias para publicação e, em consequência, intensificando a proposta de ser o **ADVERSO** um foro de debates e opiniões. Simultaneamente, de acordo com as necessidades, temos publicado boletins informativos.

Quando assumimos a Entidade, em setembro de 1987, éramos 1.356 associados; neste setembro de 1989, somamos 1.558. Hoje somos 60% dos professores da Universidade. Além do crescimento e da defesa dos interesses da Universidade e dos docentes, a **ADUFRGS** lutou pela garantia de vantagens e/ou funções ao seu grupo de associados, tais como: Assistência Jurídica Gratuita, Seguro de Vida em Grupo, Seguro de Automóveis, serviço de xerox, telex, etc...

Nosso plano de saúde interna, um acordo **ADUFRGS** — Hospital de Clínica — **AMA** (Associação de Médicos Assistentes) está prestes a ser implantado. Na primeira fase, propiciará aos associados e seus familiares consultas médicas com hora marcada através do telefone da **ADUFRGS**, e na segunda fase, o internamento hospitalar em apartamento diferenciado.

Ao longo destes dois anos, a Associação empenhou-se em muitas lutas específicas, sempre contando com a mobilização do corpo docente. Passamos por uma eleição para reitor da **UFRGS**, com a qual tentamos, juntamente com os outros segmentos da comunidade acadêmica, que fosse democrática com resultados que fizessem jus a todo o empenho da comunidade acadêmica. Não se concretizou exatamente o pretendido, tendo sido, infelizmente, um mero exercício de democracia.

Junto às outras **IFES** de todo o País, levamos adiante uma greve, em 89, por mais verbas para a educação, buscando do Governo Federal que honrasse os compromissos assumidos anteriormente, e hoje universais, de designar verbas para o funcionamento pleno das Universidades Públicas.

Com a sindicalização da **ANDES** — Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, garantida pela Constituição Federal e promulgada em outubro de 1988, a **ADUFRGS** se encaminha para sua transformação em seção sindical da **ANDES** — Sindicato Nacional. Nesta qualidade, continuamos na luta nacional do Movimento Docente, que tem como um dos seus principais objetivos, não deixar a Universidade Pública morrer.

DONOS DO PODER

O Conselho Universitário, em reunião realizada para deliberar sobre os procedimentos que deverão orientar a elaboração do novo Estatuto da **UFRGS**, tomou decisões que certamente provocam algumas considerações críticas.

Primeiramente, decidiu aceitar a presença do Prof. Sérgio Nicolaiewsky, Presidente da **ADUFRGS** no plenário, mas sem direito a qualquer manifestação, ou seja, sem direito a fala e, logo, sem liberdade. Expurgaram-lhe a voz. Convenhamos, que grande estilo medieval! É o "silêncio obsequioso" aplicado a um professor da **UFRGS** pelo seu órgão colegiado máximo.

Ora, não deve a Universidade fundamentalmente ser o espaço da reflexão, da crítica, do diálogo, do debate, da liberdade e da transformação, comportando opiniões, mesmo que visceralmente antagônicas? E o **CONSUN** não deve cuidadosamente preservar esse espaço e tudo isso que ele comporta? Francamente, não o fez!

Essa liberdade e esse potencial para gerar transformações não podem ser tolerados pelos donos do poder, comprometidos com uma concepção autoritária e imutável da sociedade. Donos também de uma visão conspiracional do mundo, denunciam qualquer movimento inovador como feito por "subversivos" (denominação usada em 1964 a 1969 nesta Universidade, à época dos expurgos) ou por "minorias radicais" (denominação atualmente em uso). Ocorre-me, é claro, uma citação de Vico, de seus *Princípios de Uma Ciência Nova*: "Tanto mais robusta a fantasia quanto mais débil o raciocínio". E não posso deixar de lembrar-me do que escreveu o prof. Leonidas Xausa, em Zero Hora de 27 de agosto último. No texto, que intitulou "Anistia e Universidade", lembrou o Prof. Xausa que há 20 anos os donos do poder da época aplicaram o AI-5 entre nós.

A mediocridade, a intolerância e o obscurantismo certamente fizeram escola. O **CONSUN**, ao negar a palavra ao Prof. Nicolaiewsky, despiu-se de dignidade, se fez pequeno, medíocre, intolerante e obscuro. Ao negar a palavra, negou a cidadania universitária, negando a própria Universidade.

Ato contínuo, decidiu o **CONSUN** que ele fará, somente ele, de forma exclusiva, um novo Estatuto para a **UFRGS**. Nada de Estatuinte, nada de colegiado com representação ampliada. Sem entrar no mérito da decisão, essa foi a decisão essencial, a mais fundamental de todas. E o Conselho a tomou sem consultar qualquer parte da comunidade universitária. Argumentemos, como exercício, pelo lado mais conservador: sequer os professores foram consultados.

Agora, pede o **CONSUN**, de forma oportunista e não despidida de um certo cinismo, que pessoas e entidades representativas (**ASUFRGS**, **ADUFRGS**, **DCE**) lhe enviem propostas de um novo Estatuto. Que espertezas se escondem através dessa aparente posição democrática? O que está querendo legitimar? Por que não quis o Conselho ouvir pessoas e entidades (negou a palavra ao presidente da **ADUFRGS**) antes de tomar a decisão que foi, sem dúvida, a essencial?

Mais uma vez o **CONSUN** cria motivos para que, com sobradas razões, a comunidade se insurja contra o autoritarismo e o oportunismo nele instalados.

Prof. Mário S.V. Cabeda —
Faculdade de Agronomia



CARTAS

O professor Angelo Ricci foi tema por duas vezes na coluna "Personália". A primeira, escrita pelo prof. Flávio Aguiar, ex-aluno de Ricci na **UFRGS** e atualmente presidente da **ADUSP** — Associação dos Docentes da USP. O segundo artigo foi escrito pelo professor aposentado Octávio José Longhi. A este, a família de Ricci remeteu à **ADUFRGS** a carta que transcrevemos.

Querido Octávio Longhi,
Foi-me enviado o número 9 do jornal **ADVERSO** da **ADUFRGS**, onde, em *Personália*, está o seu artigo "piacere, Ricci".

Inútil dizer o quanto eu e minha filha ficamos emocionadas e, ao mesmo tempo, tristes por não conhecê-lo.

Nunca sairá da nossa memória a dor daquela noite, quando o Prof. Ricci soube da sua aposentadoria (e já se foram vinte anos!). Antes de seu subconsciente recusar-se a admitir tamanha injustiça, meu marido ainda conseguiu dizer ao presidente do Centro Acadêmico, que se pusera à sua disposição, estas palavras que ficaram gravadas na minha mente:

"Não é porque fui atingido que mudarei minhas idéias. Não façam nada: estudem, trabalhem com seriedade. Nosso povo precisa demais de pessoas cultas e dignas que o tirem da ignorância e da miséria em que se encontra".

Depois disso, sentiu-se muito mal. Recobrando mais tarde seu equilíbrio e suas forças, repetia várias vezes:

Eu praticamente participei da criação e do desenvolvimento dessa Faculdade. Tentei projetá-la, como Diretor, até no estrangeiro. Salvei um patrimônio público, conduzindo uma greve de estudantes com toda a

habilidade possível. Quando pensei ter dado o máximo de mim, retribuindo a este País o que ele me deu, atiram-me fora da Escola que é a minha vida. Por que?

O porque permanece até hoje sem resposta. E permanece em mim o enorme remorso: fui eu que, desejando voltar à minha terra, o trouxe da Itália para cá.

Agora que a mágoa está lá bem no fundo do coração, sempre querendo vir à tona, porque a injustiça praticada pelo homem contra o próprio homem fere mais que a própria morte, resta-nos a grande emoção de ver que a sua passagem por Porto Alegre não foi inútil. Não obstante tudo o que aconteceu, algo de grande ficou na memória de muitos, por ser o prof. Ricci um homem culto, correto e trabalhador.

Os que se sentiram acima do bem e do mal, escondendo, porém, a cara por trás de um vergonhoso Ato Institucional nº 5, mancha negra da nossa história — talvez mais negra do que a da escravidão (porque deveríamos ser mais civilizados do que há um século) — que continuam se sentindo juízes inapeláveis dos outros homens. Non lasceramo creditá di affeti!

Pobres seres! (mas serão eles seres?)
Obrigada, Octávio José. Perdoe o desabafo. Você nos deu um grande consolo.
R e M Ricci

ERRATA: Na coluna "Opinião", publicada na página dois do jornal **Adverso** nº 10, o final do artigo assinado pela professora Otilia Carrion teve a supressão de um termo. Para a frase "A despeito, portanto, da visão elitista que, comumente, tem-se da Universidade, a história mostra que sua trajetória foi marcada por momentos de ruptura, de enfrentamento do "status quo", quando seus interesses legítimos viram-se ameaçados pelos que não acreditam na força e tentam impor sua razão pela força", leia-se, nas duas últimas linhas, "pelos que não acreditam na força da razão e tentam impor sua razão pela força".

EXPEDIENTE

ADVERSO — Jornal da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — **ADUFRGS**
Sede: Av. João Pessoa, 409, 3º andar —
Telefone: (0512) 26.2719

DIRETORIA

Presidente: Sérgio Nicolaiewsky
1º vice-presidente: Renato de Oliveira
2º vice-presidente: Antônio Cláudio Nuñez
1ª secretária: Leda Gobetti
2ª secretária: Marta Júlia Lopes
1º tesoureiro: Darci Campani
2º tesoureiro: Joacir Medeiros
Suplente: Adroaldo Gaya
Suplemente: Rosemari de Oliveira

ADVERSO

Comissão Editorial:
Renato de Oliveira
Marta Júlia Lopes
Eloina Santos
Mário Cabeda
Joacir Medeiros
Rubens Weyne
Redação e edição: Raquel Ritter
Longhi — Rg. nº 5922/23/32 RS
Estagiário: Carlos José Bertolazzi
Colaboradora: Débora Lerrer
Diagramação: Mariceia Benetti
Fotografias: Rosane Talayer de Lima
Ilustrações: Vit Núñez

Lei de Diretrizes e Bases

A Lei de Diretrizes e Bases vem sendo discutida largamente pelos setores ligados à educação. A ANDES - Sindicato Nacional aprovou o seu projeto de LDB no último Conselho de Entidades, realizado em agosto em Uberlândia, MG. Através deste projeto, o Movimento Docente pretende uma ampla discussão e participação da sociedade em torno da defesa da educação pública. A nível governamental, a questão está sendo discutida na Câmara Federal, onde o relator do Grupo de Trabalho de LDB, deputado Jorge Hage, apresentou substitutivo na última semana de agosto, com 206 artigos, alguns dos quais também defendidos pelo Movimento Docente.

Esta mesa-redonda foi realizada dia 20 de junho, na Faculdade de Educação da UFRGS, reunindo os professores: Alceu Ferrari e Maria Beatriz Luce, daquela Faculdade; Fábio Beck, do Grupo de Trabalho de LDB da ADUFRGS e Almiro do Couto e Silva, da Faculdade de Direito, sob a coordenação do professor Fernando Becker, da Faculdade de Educação. O tema “extensão universitária”, devido à sua extensão, foi suprimido, entretanto, deverá ser objeto de um futuro debate.

FERNANDO - Ensino Público x Ensino Particular. Como vocês se posicionam a respeito? Como analisam a questão?

ALMIRO - Acho que, em primeiro lugar, tem que se distinguir os níveis. Primeiro, segundo ou terceiro grau, e tem que se atentar inclusive para uma realidade histórica do Brasil. Na verdade, o ensino começa no Brasil através do ensino privado. O princípio da gratuidade para o ensino que foi colocado na Constituição, ele tinha contra si toda uma realidade nacional que apontava noutro sentido. O que ficou no decurso da história foi um crescimento gradativo do ensino privado em detrimento do ensino público, que se encolheu. A realidade brasileira ao tempo da Constituinte era essa: no 3º grau, parece que 70% do ensino universitário era desempenhado pelo setor privado, 30% pelo setor público. Em termos qualitativos não se podia nem comparar, porque na verdade o trabalho da Universidade pública é muito melhor. Praticamente, a Universidade Pública é a única que faz pesquisa, que tem uma preocupação realmente mais acentuada com o rigor científico, o que não acontece com o setor privado.

ALCEU - Eu diria que a história da Educação talvez seja a história da omissão do Estado, no caso brasileiro, mais do que qualquer outra coisa. Especialmente, a omissão consciente, deliberada, como por exemplo a partir de 1968. O Estado se retirou, ou, pelo menos, não investiu mais em educação superior e abriu as portas para a iniciativa privada. Eu considero que a questão do público e do privado foi na Constituinte a questão central, será na Lei de Diretrizes e Bases e será no Plano Nacional de Educação. Esta batalha vai se resolver na questão da designação de verbas públicas.

MARIA BEATRIZ - Concorde que estejamos vivendo neste momento de debate da LDB uma reedição da polêmica de décadas atrás. Esta disputa entre o público e o privado foi também a polêmica de dois séculos mais atrás ainda. Assume, porém, um contorno diferente neste momento, justamente por este ponto que o Ferrari chamou a atenção. É porque nós temos um Estado privatizado que o setor privado, tomando que educação é dever do Estado, busca seus recursos financeiros, exercendo pressão enquanto setor. Explicando um pouco melhor: o setor privado admitiu e inclusive apoiou a votação na Constituição no sentido de que se consagrasse que a educação é dever do Estado e da família. Exigiu também que se reconhecesse que o ensino é livre à iniciativa privada e, então, luta para manter e ampliar seu espaço de poder, para manter o direito de receber

e por necessidade precisa cumprir com sua obrigação para com a educação para todos. Vejo o ensino público como sendo a única forma de nós darmos cumprimento ao direito do cidadão a uma educação igualitária para todos. Não vejo a escola privada atendendo a este direito de todos.

ALCEU - Se nós pensarmos em levar a sério o chamado direito à educação, definido agora como um direito público subjetivo, a pergunta é: quem vai garantir a prestação deste serviço à população? A população é toda a população, mas particularmente aquela que não tem outra alternativa que não o ensino público; aquela que não pode, em hipótese alguma, pagar ensino particular. Bom, esta população representa no mínimo 90 por cento. Mas minhas estimativas são de que é mais de 90 por cento. Por exemplo, se nós pegássemos o setor pré-escolar, seguramente os que podem pagar já têm pré-escola. E o que isto representa? Quatro por cento da população brasileira nesta faixa etária, que estão em escolas particulares. Outros cinco a seis por cento são atendidos pelo setor público e os outros 90 por cento estão de fora do sistema pré-escolar. Quem são estes 90 por cento? São aqueles que não podem pagar pré-escola. Os que podem pagar 1º e 2º grau estão na escola tranquilamente. Então, qual é a justificativa de o Estado hoje repassar recursos para que a rede privada se expanda?

Não há nenhum mecanismo de controle, na minha opinião, que consiga discriminar a Instituição privada que não tenha fim lucrativo da que tem. Nenhum Estado conseguiu resol-

ver o direito do professor e do aluno. É um assunto pouco debatido, e aqui acho que se tem contribuição importante a dar.

MARIA BEATRIZ - Há poucas coisas que eu diferenciaria em termos de direito do professor e direito do aluno. O ponto diferenciador na enumeração que tu fizeste, na minha opinião, é o direito à carreira, porque a valorização do professor é um princípio constitucional e a carreira e o piso salarial estão consagrados. É importante ressaltar que deve haver em comum: o direito a um bom ambiente de trabalho, a um ensino de qualidade, são direitos e deveres do professor e do aluno que se exercem conjuntamente ou pela própria relação dialética entre as partes.

ALCEU - Esta questão tem de começar pelo direito do aluno, porque é o direito do aluno de ingressar na escola, de ter um bom ensino, de aprender, que torna necessária a presença do professor, que cria a profissão docente. Então, qual é o direito do professor? O direito do professor é aquele conjunto de condições que lhe permitem atender, corresponder ao direito do aluno, desempenhar a sua função docente a contento, e também que lhe permite a ele, professor, como profissional, realizar-se e sentir-se valorizado, respeitado. Eu acho que aqui temos uma questão seríssima. O professor, hoje, como profissional, talvez esteja num nível tão baixo como nunca atingiu. A escola pública desmoralizada, os prédios caindo aos pedaços, e não só a escola de primeiro e segundo grau, mas a Universidade também.

FERNANDO - Na tua opinião, isto é sintoma de agressão ao direito do aluno?

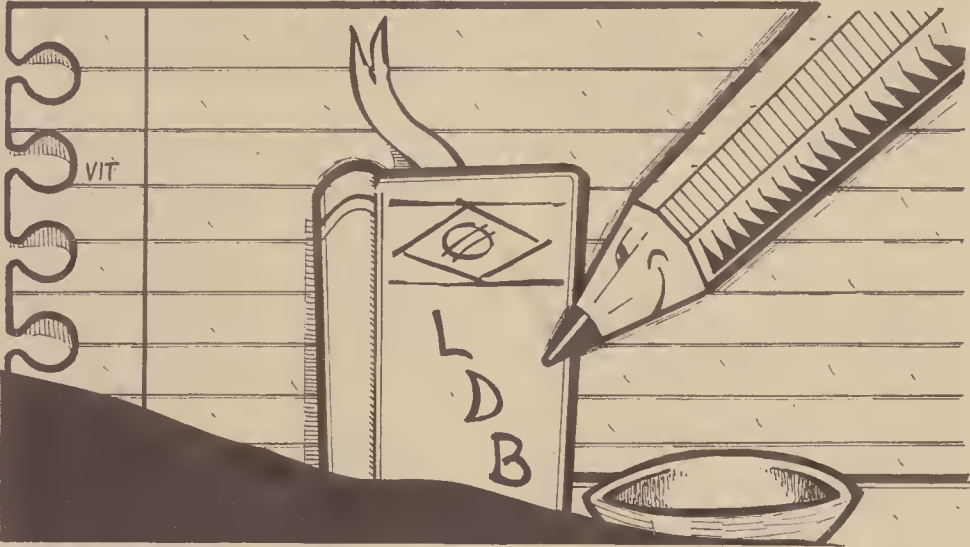
ALCEU - De abandono, de abandono de tudo, de abandono da escola como instituição, de abandono da educação. Então, sofre com isto o aluno e o seu direito à educação; sofre o professor como profissional. Acho que as greves recentes que tivemos nos últimos anos, no Brasil, em todos os níveis, na rede pública e privada, mostram a situação a que nós chegamos.

ALMIRO - Em termos de remuneração, não é que nós chegamos, sempre foi ruim. Magistério primário no Brasil era profissão para mulheres, a única que se admitia. E se admitia porque era mal remunerada, era quase uma extensão do serviço doméstico, homem nenhum se metia, porque aquilo realmente não dava dinheiro.

FÁBIO - Tentando relacionar com a Lei de Diretrizes e Bases, vale a pena lembrar alguns registros que se tem dos projetos que estão sendo encaminhados, que expressam condições de exercício deste tipo de direito, de ambas as partes — professores e alunos — muito claramente, mais claramente do que nunca se expressou. Por exemplo, a idéia de que o fim da educação é formar cidadãos plenamente capazes de compreender criticamente a realidade social, e por consequência ter consciência de exercitar seus direitos e responsabilidades frente ao estado e o conjunto da sociedade, dificilmente se consegue sem o exercício destes direitos. Acho que poucas vezes, no plano da lei, se expressou com tanta clareza a necessidade de garantir direitos que levem a essa espécie de cidadania. Acho que aqui no texto da Lei a proposta se explicita alguns itens que dão espaço e dão garantia para isto, mas se nós vamos fazer isto é outra questão.

FERNANDO - Como vocês vêem a participação da sociedade na confecção e na definição da LDB, e o envolvimento do Congresso Nacional no assunto?

ALMIRO - Não sei se deveria realmente fazer uma lei geral de Diretrizes e Bases envolvendo todos os setores. A universidade privada tem tal força nesses organismos que congregam, digamos assim, os dirigentes da Universidade, mais explicitamente no caso do CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileira), que eu proporia mais, que as Universidades deveriam elaborar uma lei em separado para a Universidade Pública brasileira, com modificações substanciais, como, por exemplo, terminar com este reinado absurdo do Conselho Federal de Educação sobre



as verbas públicas do setor de educação. Quando se discute este assunto público x privado, menciona-se freqüentemente que houve uma época em que escolas públicas eram melhores do que escola particular. Creio, aí, que é importante lembrar que a qualidade da educação é um fenômeno de classe e, então, acho que se pode colocar mais esta questão: é a qualidade da escola pública que mudou, ou foi a sua clientela que mudou? Que tal pensar sobre o encaminhamento ideológico que levou a classe mais alta, a elite e a classe média querendo ascender, a valorizar a escola privada e com isto, colocar seus filhos nesta escola, tornando-a eventualmente melhor?

FERNANDO - Onde é que estaria o cerne da questão no que se refere à verba pública? Por que se exige que o recurso público seja dado ao ensino público e não ao ensino particular?

MARIA BEATRIZ - Porque os recursos são finitos e o Estado não consegue hoje atender a uma parcela sequer significativa daqueles que têm direito à educação. No meu entendimento, enquanto não houver uma extensão da quantidade e da qualidade da educação pública, o Estado não tem recursos para emprestar ao setor privado. Colocaria a questão assim. Se nós dispuséssemos de recursos extraordinários, em abundância, não haveria porque não oferecer incentivos ao setor privado, se este presta um serviço de utilidade pública, de interesse público. Mas o Estado, em primeiro lugar, por fundamento, por direito

ver satisfatoriamente a questão da Educação sem um sistema público de educação, com uma ampla cobertura em todos os níveis.

Eu queria voltar a um aspecto que foi levantado, que é a possibilidade por exemplo de se cobrar direito à educação. Evidentemente não podemos ser ingênuos e imaginar que em 24 horas ou em alguns meses os Estados, os Municípios e o Governo Federal vão criar tantas escolas, que sejam capazes de suprir as oito milhões de crianças fora da escola na faixa de 7 a 14 anos. Mas acho que há algumas coisas que nós podemos e devemos pensar como possíveis. Por exemplo, deve haver meios de cobrar da União, dos Estados e dos Municípios que apliquem, apliquem de fato, aqueles percentuais previstos e que não haja malandragem nisto. Isto é elementar. Então, quais seriam os mecanismos para realmente cobrar dos Estados, Municípios e da União que destinem aqueles percentuais sem malandragem. Essa é uma questão. Temos que buscar as formas de cobrar.

MARIA BEATRIZ - Eu acho que há alguns mecanismos que estão sendo previstos pelo próprio princípio da gestão democrática, a nível de sistema, com conselhos de educação que realmente tenham mais poderes de orientar, supervisionar e controlar a aplicação das verbas poderíamos pretender responder à tua questão. Mas acho que devemos também defender que uma fiscalização é necessária, só que além do ponto de vista contábil, por parte de um Tribunal de Contas ou de seus equivalentes.

FERNANDO - O direito geral do cidadão

a Universidade pública, sabendo-se que estes órgãos são, em grande parte, dominados pelo setor privado. Então, eles acabam impondo ao setor público, coisas que convêm ao setor privado, mas que absolutamente não complcam o setor público. A criação de uma Lei a respeito da universidade pública brasileira, seria uma conquista importante, pois eliminaria uma série de áreas que em vez de clarear o assunto da Universidade pública, acabam perturbando ou turvando a visão deste problema no Brasil.

MARIA BEATRIZ - Polemizando um pouco, isto é da competência da União e se requer a legislação ordinária na área de diretrizes e bases. Nós podemos encaminhar uma outra solução, repensar as atribuições, competências e principalmente os critérios de acento em órgãos de decisão sobre política educacional como seria o Conselho Federal de Educação. Aliás, há várias propostas que apontam sua dissolução, a partir da avaliação da qualidade do seu trabalho, pois tem sido basicamente uma entidade praticando uma política clientelista, a serviço de interesses privados ou individualizados. Quero ressaltar que nós estamos vivendo um momento inédito na discussão da LDB. Pela primeira vez, estamos discutindo a partir de propostas da sociedade que se apresentam no Parlamento, e não estamos partindo como tradicionalmente, de um Projeto do Executivo.

ALCEU - Nesta fase de discussão da LDB, a manifestação é bastante livre. Há um número relativamente grande de pessoas que participam, mas, na hora da decisão, nós temos que ter presente que as possibilidades de influir na decisão são extremamente desiguais entre as pessoas e entre os grupos. Não podemos perder de vista isso. Então, é possível que um ou meio por cento da população e grupos realmente interessados no que aquele projeto possa significar, por exemplo, financeiramente, vai pesar mais que os outros 99 por cento.

MARIA BEATRIZ - Estamos aprendendo a participar na decisão política, mas a maior parte dos parlamentares já têm a sua posição de voto definida pelos compromissos com aqueles que os levaram ao Parlamento. Temos hoje na comissão de educação da Câmara dos Deputados, 51 parlamentares e nós já sabemos de antemão que não temos garantia da metade dos seus votos na defesa das questões da Universidade pública, da escola pública, etc.; sabemos que há 1/3 ou pouco mais dos votos com os quais podemos contar ou com que podemos trabalhar; com os outros por reafirmações várias, por questões de posicionamento pouco adianta trabalhar a idéia.

FÁBIO - Agora, acho que quando a gente fala em participação da sociedade na definição da LDB é preciso identificar um pouco que tipo de sociedade é esta que está se importando, como a Maria Beatriz identificou e eu também vejo assim, porque acho que é importante entender que é a sociedade enquanto entidades ligadas à área educacional. Eu participei de um Seminário Nacional e encontrei grandes entidades nacionais que fizeram um esforço muito grande, três turnos de trabalho incluindo o fim de semana, para tentar ultimar em comum algumas questões fundamentais.

FERNANDO - Quais eram estas entidades?

FÁBIO - ANDES, UNE, UBES, CNTE, FASUBRA. Estas entidades, enquanto parcela muito reduzida da sociedade estão participando. Agora, eu acho que a sociedade, como um todo, está absolutamente à margem, quer dizer, o cidadão comum que tem o seu filho na escola ou que vai se escolarizar, o aluno do supletivo, o aluno do meio rural, estão absolutamente à margem, como estão às margens das decisões políticas legislativas de um modo geral, de modo que é uma questão de história política do País. Por isto, se decidi neste seminário criar os fóruns, a exemplo do que já houve com a Constituição. Criar fóruns que ampliem a intervenção da sociedade na definição da lei.

MARIA BEATRIZ - Nós temos ainda bastante tempo para discutir a LDB, quase um ano. Teremos momentos em que devemos, na minha opinião, chamar o cidadão em geral e evitar tornar estas questões uma matéria corporativista. Aliás, este é um dos nossos problemas perante os parlamentares: a legitimidade das propostas. Quer dizer, embora sejamos, digamos, os especialistas na ques-

tão, pode sempre parecer que nós estamos lá defendendo os interesses da corporação. É preciso cuidar das justificativas e das suas vias de apresentação.

ALMIRO - A participação de vários segmentos da sociedade é importante, mas não substitui nem pode substituir nunca a democracia representativa, que é o centro da democracia brasileira. A democracia representativa é atacada porque se imagina que segmentos da sociedade têm que se manifestar de alguma maneira, e a vontade dele não conta. E nesse momento que nós estamos escolhendo não os nossos representantes, é neste momento que estamos escolhendo nossas leis. As leis serão boas ou ruins, se bons ou ruins forem os representantes que nós escolhemos, este é que é o problema.

ALCEU - Eu concordo, mas a lei vai sair antes da próxima eleição, então a questão é: o que é que nós podemos fazer agora para de alguma forma conseguir o menos pior, se não o melhor, em termos de Lei de Diretrizes e Bases, com este Congresso que está aí.

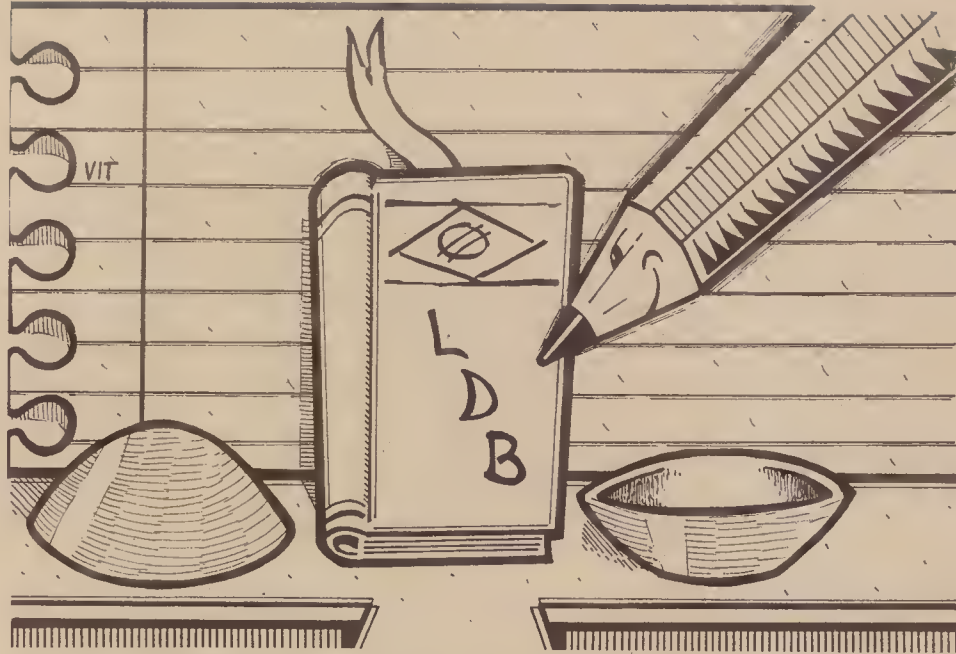
FERNANDO - Convido a pensar na questão da LDB restrita à Universidade, ou seja, à estatuinte Universitária, refletindo sobre três questões. A primeira, seria sobre a construção democrática das relações de poder na Universidade. A segunda questão, sobre a autonomia pedagógica, científica, administrativa e financeira da Universidade. A terceira sobre pesquisa, ensino e extensão. A quarta questão se refere ao serviço à comunidade prestado pela Universidade.

ALMIRO - Acho que o problema da democratização da Universidade não é só com relação às relações de poder dentro dela, mas também atende especificamente aos pesos constitucionais para a questão democrática do ensino público na forma da lei, aí sim o problema é interno da Universidade. A Universidade é algo grande demais para interessar só aos segmentos que trabalham dentro dela.

MARIA BEATRIZ - Por um lado eu tenderia a inverter a ordem dos elementos colocados pelo Fernando. Eu acho que a autonomia é, realmente, uma característica definidora da instituição social na Universidade. Autonomia didática, administrativa, científica e consequentemente financeira. A autonomia é princípio porque se julga a universidade uma instituição capaz do exercício desta maioria que é a autonomia. Então, também é princípio que ela seja socialmente responsável, no sentido de inclusive prever, ela mesma, os mecanismos pelos quais vai permitir-se a própria avaliação e vai permitir à sociedade avaliá-la, para que esta continue outorgando esta autonomia. Agora, lógico, me parece que por necessidade de se prover o direito do cidadão ao ensino de qualidade, o direito ao trânsito, o direito a uma série de coisas, há necessidade das universidades, por exemplo, se articularem para definir algumas diretrizes curriculares básicas nas diferentes carreiras.

FÁBIO - Concordo com este ponto de vista. O documento do Movimento Docente está tentando expressar o seu ponto de vista a respeito. Primeiro, define autonomia, especifica e depois a gente pode fazer as definições necessárias, e depois fala sobre gestão democrática. Acho que é prudente neste sentido, porque garante que no interior da instituição é que vão se dar as definições. Por exemplo, a proposta sobre os colegiados superiores, que é uma grande questão que se vai discutir, principalmente na Estatuinte.

ALCEU - Acho que democratização é uma questão que não se coloca para instituição privada. Na forma como ela se organiza, como ela é gerida com os seus objetivos, nunca explicitados completamente, não faz sentido discutir democratização. Eu pessoalmente não vejo como democratizar uma instituição privada. Falando estritamente sobre o ensino público, eu vejo primeiro a questão da gestão. Mas a gestão tem alguns pressupostos. Por exemplo, não se pode gerir democraticamente uma instituição que se apóia num estatuto, num regimento que não está estruturado para uma participação democrática. É fundamental para uma gestão democrática, que a própria instituição esteja estruturada de uma forma que permita a participação. Acho que este é um ponto fundamental. Segundo ponto: não



há gestão democrática, no meu entender, se não há eleição democrática. Na medida em que nós estejamos submetidos a indicações, não tem sentido discutir gestão democrática. A gestão democrática se apoiaria nestas duas coisas: numa estrutura da Universidade aberta à participação em formas de representação reconhecidas, escolhidas pela própria instituição, que a instituição tem como legítimas, que a instituição muda no momento que achar que deve mudar, sem toda esta complicação que há hoje, que praticamente inviabiliza qualquer reforma de estatuto. Um Reitor pode amarrar uma reforma de estatuto e mandá-la para o dia de São nunca e a comunidade universitária não pode fazer nada. Esta é a realidade hoje. Nós presenciamos isto durante anos. Simplesmente a vontade de um reitor impediu que se fizesse qualquer reforma de estatuto.

ALMIRO - Autonomia é algo assegurado pela Constituição à Universidade, quer dizer, ela vai adotar a face que ela mesma modelar, isto é idéia da Constituição, ao passo que a gestão democrática, ela tem um modelo nacional. Não se deu autonomia nenhuma à Universidade, a gestão democrática será definida numa lei que valerá para todas as Universidades se for o caso, e no ensino mais amplo que isso, ao ensino público. A arena desta luta não será dentro da Universidade "x" ou "y", mas no novo Congresso Nacional.

MARIA BEATRIZ - Toda esta tentativa de especificar o que seja gestão democrática de certa maneira esvazia o próprio conceito de gestão democrática enquanto princípio. Por que? Ao especificar, limita; limitando, reduz e esvazia a própria condição de ser princípio. Um princípio, em princípio, não precisa ser definido, basta ser princípio. Ficamos, então, diante de um dilema: se não tomarmos o espaço da LDB para definir isto, e sendo este espaço que está tendo ainda um processo relativamente democratizado pela ampliação das discussões, se não fizermos assim, deixase a oportunidade para um outro parlamentar ou uma outra iniciativa popular promover ainda uma lei específica para definição da gestão democrática, o que talvez nos coloque em mais difícil situação num espaço de mais difícil influência.

FÁBIO - O MD já se posicionou em relação a este dilema que a Maria Beatriz coloca e definiu que vai tentar precisar, por exemplo, o que é autonomia didático-científica. Eu já mencionei aqui a propósito da primeira pergunta, especificamos o que é autonomia administrativa. É a elaboração dos estatutos e regimentos de acordo com o estabelecimento nos artigos 47 e 48 da presente lei que garantem autonomia. Escolha de dirigentes na forma de estatutos e regimentos, estabelecer o seu próprio quadro de pessoal é um grande problema hoje, docente e técnico dentro dos limites do orçamento e autorizar afastamento do País de professores, etc. Autonomia financeira e patrimonial, que é outra grande questão que está colocada, administrar os recursos das dotações orçamentárias regulares asseguradas pelo poder público, administrar rendimentos próprios e seu patrimônio dele dispendo na forma do estatuto, receber subvenções, elevar contratos, etc. O MD vai além, ele diz que "as IES mantidas pela iniciativa privada terão personalidade jurídica própria e distinta das de suas mantenedoras, aplicando-se a elas as normas gerais do ensino superior definidas na presente lei". Quer dizer, mesmo

as privadas deverão se sujeitar às normas gerais definidas aqui, bem como o estatuto da autonomia relativamente às suas mantenedoras. Estes índices da autonomia que está se tentando trazer para a legislação deverão alcançar também as instituições privadas pela proposta da lei.

FERNANDO - Três últimas questões, que eu pediria que cada um dos participantes respondesse conforme queiram. A primeira: como a LDB poderia influenciar a prática pedagógica cotidiana nas salas de aula e na escola? Segunda: Como a LDB poderia influenciar a formação de professores, e para que tipo de escolas e sociedade, especialmente considerando que a escola não é uma instituição neutra? Terceira: Se verbas públicas serão destinadas a escolas privadas, como exercer o controle público sobre estas verbas e sobre a qualidade da escola?

FÁBIO - Sobre a segunda questão, acho que novamente tentando trazer o ponto de vista do movimento docente e destacando especialmente a idéia de que a escola não é uma instituição neutra, nós estamos trabalhando com a noção fundamental para inspirar proposição de lei do trabalho como princípio educativo. Esta noção faz uma opção clara, não aceitando a neutralidade da escola e colocando a escola ao lado do trabalho na relação capital - trabalho. Isto se expressa na idéia de uma escola unitária contra a escola dualista, tradicional na rede escolar brasileira, e uma escola de qualidade para todos, não uma escola desqualificada nitidamente para o grande público.

ALCEU - Vou falar sobre a terceira questão. O Estado não poderia dar recursos públicos sem se assegurar de que estes recursos serão usados realmente dentro das finalidades, e sem se assegurar que aquela instituição definitivamente não tem fins lucrativos. Eu acho isto extremamente difícil. A resistência será muito grande a este tipo de controle. Uma vez que a Constituição prevê esta possibilidade, eu entendo que é fundamental o controle. Preferiria que recursos públicos fossem para instituições públicas, mas não sendo assim, tem que haver controle, e muito bem definidas as suas formas. Nesta parte em que a instituição privada funciona com recursos públicos, ela tem que ser aberta, transparente, a informação tem que estar à disposição do público, inclusive as contas, e isso obviamente não vai ser do agrado de setores particulares.

MARIA BEATRIZ - Sobre a primeira pergunta, o meu comentário é o seguinte: a LDB pode e deve chegar à sala de aula pelo próprio processo de sua discussão. Se nós trouxermos a discussão da LDB à Universidade, à escola, aos pais dos alunos e aos nossos alunos, estaremos dando, através da legislação na área de educação, o exemplo. Uma vivência de cidadania, e de como uma lei se faz e quais são os caminhos e os troços que ela vai encontrando. Estaremos esclarecendo que forças levam-nas mais pra lá ou mais pra cá. Eu acho que a LDB, sendo uma matéria que nós como professores temos algum domínio de conteúdo, seria um excelente exemplo na sala de aula, para se mostrar como se faz a política, como se dá a formação de uma legislação, para a politização do estudante, do próprio professor e da sociedade.

XIV CONAD

As Associações de Docentes — Seções Sindicais da ANDES Sindicato Nacional realizaram seu XIV Conselho Nacional de Associações de Docentes — CONAD, a 12 de agosto, em Uberlândia, Minas Gerais. Pela ADUFRGS, participaram as professoras Leda Carmen Wulff Gobetti (delegada) e Maria Adélia de Carlos (observadora).

Para manter as conquistas obtidas durante a greve das IFES, e continuar com o trabalho do Movimento Docente a nível nacional, foram tirados os seguintes encaminhamentos: manter o funcionamento do Comando Nacional de Mobilização, em Brasília, com o objetivo de executar as seguintes tarefas: pressionar o MEC — Ministério de Educação para que as parcelas de suplementação de verbas de Custeio e Capital obtidas com a paralisação das Federais sejam repassadas urgentemente às IFES; manter o trabalho contínuo junto ao Congresso Nacional com o objetivo de que seja aprovado em regime de urgência a Mensagem Presidencial nº 323 que deu origem ao projeto de lei 13/89 no que diz respeito ao repasse de 170 milhões de cruzados novos; cobrar do MEC o montante de verbas que estão sendo repassadas às IES particulares e quais os critérios para tal; que os GT's — Grupos de Trabalho até agora criados e os que venham a ser criados acompanhem a formulação e o controle dos orçamentos dos próximos anos em suas IFES; que as AD's — Seções Sindicais promovam debates no interior das IFES com chefes de departamentos, coordenadores de curso, pesquisadores, etc, com o objetivo de propor valores mais reais para os próximos orçamentos das IFES; articular com a Associação dos Reitores das Universidades — CRUB, FASUBRA, UNE, pela suplementação total de verbas de 89 e do processo orçamento para 1990.

Informações do CONAD dão conta que, dos 453 milhões de cruzados novos que devem ser distribuídos como suplementação de verbas às IFES, a UFRGS ficará com 22 milhões, sendo a segunda maior quantia, estando abaixo da UFRJ, que receberá 33 milhões.

DOCUMENTOS

Durante o CONAD surgiram vários documentos provenientes das AD's, relatando ora suas experiências

como Seção Sindical, ora situações marcantes vividas na última greve, ora justificando o não à greve nacional. Estes documentos encontram-se à disposição na sede da ADUFRGS.

Estes momentos de encontros de professores provenientes de universidades particulares, estaduais e federais todos os pontos do Brasil estabelecem um intercâmbio de vivências importantíssimo como a da Universidade Federal do Amazonas, que tem o reitor eleito por voto universal e lá seus alunos decidiram após a greve, pela não reposição das aulas. Perderam o semestre e os professores atenderam a esta decisão.

LDB

Durante o dia nove de agosto, em Uberlândia, foi realizado o Seminário de LDB — Lei de Diretrizes e Bases. A ADUFRGS apresentou alterações propostas por um grupo de professores que vem se reunindo semanalmente para discutir o documento-base elaborado pelo GT de Política Educacional da ANDES — SN para a Lei de Diretrizes e Bases. O trabalho da ADUFRGS foi reconhecido como importante por corresponder a uma análise crítica de qualidade.

As discussões de grupos mistos (sobre os temas Conjuntura Nacional, sindicalização, LDB) e do Setor das AD's — Seções Sindicais Federais (sobre verbas, salários, Regime Jurídico Único, carreira e aposentadoria), sempre baseados em documentos elaborados pela Diretoria, conduziram a novos textos, que foram avaliados e votados em plenária, correspondentes a cada tema. Estas decisões estarão registradas na próxima edição do Jornal da ANDES — SN.

APOSENTADORIA

Direito importante da greve das Federais foi o reconhecimento, por diversos ministérios (MEC, SEPLAN, MTb) do direito à aposentadoria integral e paritária com os da ativa para os Servidores Públicos federais como já garantido pelo texto Constitucional faltando, no entanto, a definição de quem fará o pagamento da mesma. O CONAD discutiu a questão, que, ao que parece, terá regulamentação através da implantação do Regime Jurídico

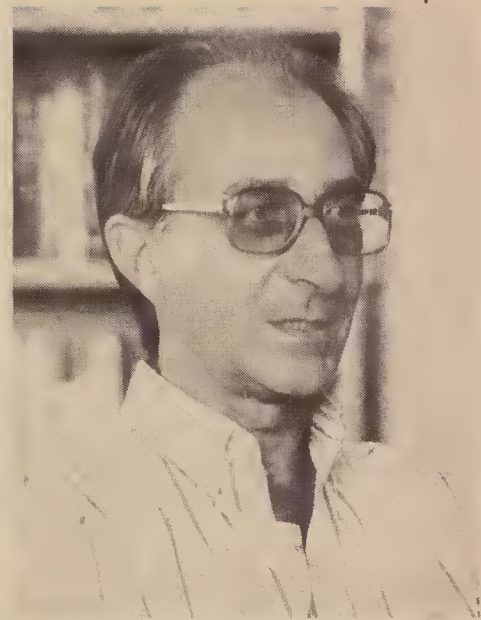
Único. A combinação do art. 40, inciso III, alíneas a e b, com o artigo 20 das Disposições Transitórias da Constituição Federal obriga o Governo a já estar pagando aos aposentados os proventos integrais desde cinco de abril. Diante disso, o CONAD definiu os seguintes encaminhamentos:

Pela via política: acompanhar e intervir no debate sobre RJU — Regime Jurídico Único —, onde a questão da aposentadoria integral e paritária também está posta; pressionar o Executivo para envio de Projeto de Lei específico sobre aposentadoria integral e paritária independente do projeto sobre regime Jurídico Único; encaminhar via parlamentares projeto de lei que contemple aposentadoria integral e paritária.

Pela via jurídica: solicitar pareceres de advogados buscando definir: inquestionabilidade do direito à aposentadoria integral e paritária, no texto constitucional; quais as formas de ação jurídica que os docentes podem utilizar para garantir o direito negado. De posse destes elementos, o MD passará a encaminhar os procedimentos jurídicos pertinentes.

1.º e 2.º Graus

Antecedendo ao CONAD, dia oito de agosto, realizou-se o II Seminário Nacional de Docentes de 1.º e 2.º Graus das IES, em Uberlândia. Na pauta, a continuidade da luta pela Carreira Única para os Docentes das IFES, que teve como pontos de discussão fundamentais: o papel das escolas de 1.º e 2.º graus no interior das IFES; a concepção de docência no 1.º e 2.º graus e sua relação com a docência de 3.º grau; a relação entre os três graus de ensino; a formação do educador; a relação Universidade — sociedade. Foram sugeridos, ainda, fóruns de debates para aprofundamento da questão "Luta pela Carreira Única", a serem promovidos pelas AD's locais. O II Seminário aprovou a continuidade da Luta pela Carreira Única.



Ferrari eleito presidente da ANPED

No dia cinco de setembro, a ANPED — Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, em assembléia geral extraordinária no auditório da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, RJ, deu posse à sua nova Diretoria, que tem como presidente o prof. Alceu Ravanello Ferrari, da Faced/UFRGS. Com isso, a Faculdade de Educação da UFRGS passa a ser a nova sede da ANPED, para o biênio 89/91. O restante da Diretoria é composto pelos professores: Ozir Tesser (UFC); Miguel Gonzales Arroyo (UFMG) e Marília Pontes Sposito (USP), Vice-presidentes; Nilton Bueno Fischer (UFRGS), Secretário Geral; Tomaz Tadeu da Silva (UFRGS) Secretário Adjunto; José Luiz Domingues (UFGo), Marília Martins da Costa Cruz (FGV/IESAE), Marileide de C. Costa (UFPe), Titulares do Conselho Fiscal e Bruno Pucci (UFSCar), José Erno Taglieber (UFSC) e José Carlos Abrão (UFMS), Suplentes do Conselho Fiscal.

GANHOS DA GREVE

Step e D.E. garantidos

Garantidas duas conquistas da greve nacional das IFES. Dia 11 de setembro, o Diário Oficial da União publicou o Decreto Lei nº 7814, de 8.9.89, que concede a passagem de nível — "step" — de quatro para cinco por cento e a Dedicação Exclusiva de 40 para 50 por cento, referentes a carreira docente e retroativos a primeiro de junho último. O Departamento de Pessoal da UFRGS já está tratando de fazer com que o pagamento e o atrasado saiam junto com o salário de setembro ou em folha suplementar.

“Alguns dos meus colegas não hão-de certamente desmentir-me se eu lembrar que a fundação da Universidade do Rio Grande do Sul, o Estado mais meridional do Brasil, e o predomínio que aí foi concedido aos mestres franceses, tiveram como origem o gosto pela nossa literatura e pela nossa liberdade, inculcado em Paris, durante a sua juventude, num futuro ditador por uma menina de poucas virtudes”.
(Claude Levy-Strauss em “Tristes Trópicos” — 1955)

O Conselho Universitário, em sessão dia dois de agosto, decidiu “tomar a si a responsabilidade que lhe cabe no processo” de reformulação do Regimento Interno da UFRGS, rejeitando proposta da comunidade acadêmica de formação de um Congresso Estatuinte.

ESTATUINTE: Consun prefere exclusividade

Por mais exagerada que possa parecer a afirmação do eminente antropólogo, o certo é que as Universidades do Terceiro Mundo quase sempre foram vítimas, ou da vaidade dos ditadores, ou do despotismo das chamadas “elites culturais” que pelo simples fato de terem acesso à ciência e à cultura em países imersos no atraso, consideram-se no direito de ditarem as normas para uma instituição que, em última análise, deveria contribuir para a superação desse atraso.

A UFRGS, até hoje, não fugiu a esta regra. E, pela primeira vez em sua história, vê-se à frente da possibilidade de, ainda que tardiamente, desmentir a Levy-Strauss e, através de um projeto de reforma democrática, buscar suas próprias raízes, ouvindo a sociedade onde atua.

A concretização desta possibilidade hoje, depende do CONSUN, cujos integrantes, em sua maioria, se não freqüentaram a mesma “escola francesa” que orientou aquele antigo ditador, todavia dele não diferem quanto aos métodos de atuação. Pois, vejamos.

A história da tentativa de organização de uma Estatuinte Universitária na UFRGS começou no final de 88, quando o Conselho Universitário formou uma Comissão para elaborar uma proposta de Estatuinte, a ser analisada posteriormente. A comissão era composta por membros das três categorias da comunidade acadêmica e três diretores: a professora Vera Petersen, os professores Almiro do Couto e Silva e Mário Cassel (diretores); o professor Luís Fernando Martins Kruehl, o funcionário Ubayar Closs e o estudante Paulo Torelly.

A proposta elaborada, se para alguns não significava o ideal, ao menos previa um Pleno bastante representativo, com 228 membros assim distribuídos: 48 pelo CONSUN (todos os membros do Conselho) 60 representantes de cada uma das categorias (docentes, discentes e funcionários). Previa ainda uma Comissão coordenadora.

Terminado o ano de 88, o Conselho Universitário ainda não havia colocado em pauta o assunto Estatuinte. No início de 89, com a formação de novo Conselho e a troca de diretores das Unidades, esperava-se que a proposta fosse colocada em breve na pauta de discussões. Os meses passaram, os acontecimentos se sucederam, entre eles, a greve

nacional das IFES, e o tema Estatuinte Universitária foi sendo postergado. Finalmente, foi colocado na pauta de discussões da reunião do dia dois de agosto.

Naquela data, o CONSUN teria uma reunião tumultuada já desde o seu início, quando foi solicitada permissão para que o presidente da Associação dos Docentes, Sérgio Nicolaiewsky, pudesse participar. O Conselho perdeu-se em discussões por aproximadamente 45 minutos até, finalmente, aprovar a presença de Nicolaiewsky, com uma ressalva: o “convidado”, poderia assistir a reunião, mas não poderia falar! A sessão traria mais novidades, como o surgimento de novas propostas sobre o assunto. A primeira, dos diretores Ronald Pagnoncelli de Souza (Medicina), Raimundo Martins da Silva Filho (Artes), Walter Meucci Nique (Economia) e Blásio Hugo Hickmann (Biblioteconomia e Comunicação), garantia ao CONSUN exclusividade na reforma dos Estatutos após uma “consulta” genérica à comunidade acadêmica. Ela seria aprovada por 20 votos a 17 e a abstenção do professor Kruehl, um dos quatro representantes dos docentes, e a retirada dos estudantes.

A proposta da comissão das três categorias não chegou a ser discutida: recebeu somente o voto do prof. Kruehl e o voto contrário dos estudantes, que resolveram apoiar um adendo do Professor Roberto Py Gomes da Silva (diretor da Faculdade de Arquitetura) à proposta dos quatro diretores, prevendo que a “consulta” à comunidade acadêmica incluiria também a forma de elaboração do novo estatuto. Uma decisão classificada de ingênua pelo prof. Kruehl, que acabou por prejudicar todo o trabalho feito pela Comissão. “No final do ano passado - observa Kruehl, a maior abertura que se poderia conseguir foi o Pleno (constante na proposta da Comissão). A proposta do Roberto Py era muito mais aberta que aquilo, mas era preferível se ter uma pomba na mão do que duas voando. Esta proposta do Py dificilmente seria aprovada. A ingenuidade foi querer abrir mais, já tendo uma proposta boa na mão”, completa.

A classe discente, entretanto, tinha outra idéia a respeito dos fatos. O representante dos estudantes no CONSUN Paulo Torelly, conta que “imaginávamos que um setor mais lúcido do Conselho fosse se posicionar pela Estatuinte com a co-

munidade, de forma paritária. O que se viu, foi uma postura verdadeiramente provinciana. Eles não assumiram que não haveria Estatuinte, que eram contra. Ninguém dizia isto”. Após a aprovação da proposta dos diretores, os estudantes se retiraram do processo de discussão da Estatuinte. Para Torelly, a Universidade vai passar por uma reforma, não uma Estatuinte. Com o resultado, o corpo discente que, segundo Torelly, conseguiu “denunciar e colocar no esgoto” o nome e a fraude que representa o reitor nomeado Gerhard Jacob, agora vai “assumir o pesadelo que está sendo a intervenção, e eles que assumam as consequências”.

O papel dos atuais ocupantes das esferas de decisão da UFRGS, incluindo a Reitoria, já está bem definido, e foi muito oportunamente referendado pelas palavras da professora Ema Leboutte, diretora da Faculdade de Agronomia, durante a reunião do dia dois. Eles são o poder, o mesmo poder ao qual a diretora se referia, quando se pronunciou: “Eu acho que agora ficou bem claro para todo mundo que são duas propostas divergentes. Divergentes porque elas se referem a quem tem o poder (...) Nós estamos há horas brincando aqui dentro e estamos ignorando que é uma luta de poder que está se travando aqui dentro - disse Ema - (...) O que se discute aqui - continua - é realmente isso: quem vai comandar o processo - o Conselho Universitário ou uma Estatuinte, indicada ou eleita”.

A questão está posta, e o desfecho da votação pode ilustrar muito bem como se desenvolvem as relações do poder na Universidade. Inequivocamente, chama a atenção o fato de três dos quatro conselheiros que apresentaram a proposta aprovada, terem sido escolhidos para a Comissão Coordenadora das Propostas de Reformulação do Regimento Interno da UFRGS, instituída dia seis de setembro último. Ela é formada pelos professores Walter Meucci Nique, Ronald Pagnoncelli de Souza, Luiz Alberto De Boni, Raimundo Martins da Silva, Eduardo De Rose e Geraldo Kroeff de Farias.

A Comissão vai receber, até dia 29 de dezembro próximo as propostas dos organismos da comunidade acadêmica (Pró-Reitorias, ADUFRGS, ASUFRGS e DCE, COCEP - Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa e Conselho de Curadores).

O papel da comunidade acadêmica, por seu lado, ficou bem claro:

poderá dar sugestões, que serão aprovadas ou não pela instância final do processo: o CONSUN. Os três segmentos da comunidade acadêmica já enfrentaram situações semelhantes, quando sua voz, teoricamente deveria ser ouvida através do voto. Na prática, entretanto, a teoria foi diferente, e também naqueles momentos ficou bem claro quem está com o poder. Sempre é oportuno lembrar a experiência vivida com a eleição para Reitor, quando a comunidade se reuniu, discutiu com os candidatos e votou. Firmados os compromissos em prol da conquista da democracia, os que votaram frustraram-se. O compromisso foi quebrado e, no final das contas, de que serviu o exercício do voto?

A questão não está somente em definir regras democráticas para avançar rumo ao ideal para o funcionamento da Universidade. O que se coloca, ao cabo de vários acontecimentos que no fundo tem um mesmo fio condutor, é cumprir as regras do jogo.

Para a Reitoria, que até dia dois de agosto estrelava no papel de vilã da história, dividindo-o, depois da reunião, com os diretores coadjuvantes, a questão da Estatuinte se resume em poucas palavras. O reitor Gerhard Jacob diz que vai “cumprir o que o Conselho Universitário decidiu”. Indagado sobre as garantias de participação da comunidade no processo, Gerhard remeteu o assunto aos Diretores. “A comunidade terá participação garantida - diz Gerhard - uma vez que todos os Diretores de todas as Unidades serão ouvidos. Todos eles foram eleitos por sua comunidade, e são seus legítimos representantes”, concluiu.

O ideal pode ser ainda uma utopia, e sequer chega perto da realidade hoje. Democrático teria sido a escolha do primeiro da lista, o mais votado, no caso dos diretores de Unidade, como aspirava a comunidade acadêmica. A exemplo da própria nomeação do Reitor, nomeados por Gerhard após as Unidades terem elaborado listas sextúplas.

Os mesmos diretores, com cadeira no CONSUN, tiveram uma atuação reveladora na reunião do dia dois. No momento da votação da proposta dos quatro diretores, dos 20 votos a favor, quatro foram de diretores que se posicionaram pela proposta, os demais 16 puderam ser chamados de votos mudos, ou “passivos”. Limitaram-se ao “sim” à proposta.

Mudanças na UFRGS

A reforma dos Estatutos na UFRGS teve algumas iniciativas no início de 1987, com a divisão da sua estrutura por áreas (quatro) e a elaboração de um estudo de reformulação que circulou no COCEP — Conselho de Coordenação de Ensino e Pesquisa e no CONSUN Conselho Universitário. Bem antes disso, em outubro de 1976, haveria outra pequena transformação na estrutura executiva. A então administração do reitor Homero Só Jobim, com o objetivo de descentralizar as atribuições da Reitoria, criou seis Pró-Reitorias — três para atividades-meio (Planejamento, Administração e Comunidade Acadêmica) e três para atividades-fim (Graduação, Pesquisa e Extensão).

Durante a campanha para Reitor, no final de 1987, alguns candidatos demonstraram suas preocupações com o Estatuto. O único a colocá-las no papel, e que casualmente viria a ser o eleito

(embora não tenha assumido), foi o professor Alceu Ferrari.

Em sua Proposta de Ação para a UFRGS, Ferrari delineou alguns aspectos da estrutura da Universidade, que datava de 1970, e traçou propostas de mudanças para a que seria a próxima gestão da Reitoria, que transcreveremos.

Reforma de Estrutura da UFRGS

A estrutura atual da UFRGS, que data de 1970 e que foi definida em pleno Regime autoritário, apresenta graves problemas, tais como: a excessiva centralização do poder na Reitoria, para o que contribui o número exagerado de órgãos, com atomização das competências; o enfraquecimento das unidades cuja área de decisão, em matérias acadêmica e administrativa, é mínima; a separação radical, nos órgãos colegiados da UFRGS, entre o setor acadêmico e o administrativo; separação, em várias unidades, entre graduação e pós-

graduação; a ausência de participação dos servidores técnico-administrativos nos órgãos deliberativos; o reduzido número de representantes das categorias docentes e do cargo discente nesses órgãos; ausência de representantes dos setores majoritários da sociedade nos Conselhos Superiores; a concentração de cargos em comissão e de funções gratificadas em alguns órgãos em detrimento de outros e dos servidores lotados nestes últimos e a ausência de cargos de secretário em muitos departamentos e nos cursos de pós-graduação.

Com base nesse diagnóstico sumário, definimos as seguintes propostas para a próxima gestão:

- descentralização administrativa, simplificação e racionalização da estrutura da Universidade;
- fortalecimento das unidades, possibilitando, no seu âmbito, decisões finais nos assuntos administrativos e acadêmicos;
- estudo da distribuição dos cargos em

comissão e das funções gratificadas na Universidade;

- resgate da idéia de universidade como um todo, superando a divisão, nos órgãos superiores, entre as áreas acadêmica e administrativa;
- institucionalização da participação dos servidores técnico-administrativos nos órgãos deliberativos;
- aumento da participação das categorias docentes e do corpo discente nos órgãos colegiados; inclusão, nesses órgãos, de representantes das entidades que congregam as classes trabalhadoras;
- integração do ensino de graduação e de pós-graduação com a pesquisa, nas unidades.

Em novembro de 1988, o Conselho Universitário designou uma Comissão para estudar a reestruturação da Universidade, a qual elaborou um documento de estudos e propostas para o novo Estatuto.

A Estatuínte nas Federais

Com a garantia de autonomia das Universidades Públicas consagrada pela nova Constituição Federal, as IFES — Instituições Federais de Ensino Superior de todo o País começam a se mobilizar com o objetivo de reformular seus Estatutos. A partir de uma consulta a todas as IFES do País, obtivemos as seguintes informações sobre como se desenvolve processo estatuinte, naquelas que responderam.

UFC — Universidade Federal do Ceará: Processo na fase inicial. Convocado um Congresso Universitário para discussão, através do Anteprojeto de Resolução do Conselho Universitário em junho de 88. UEL — Universidade Estadual de Londrina/ PR: Através de Ato Executivo, convocou uma Estatuínte Universitária para elaborar um anteprojeto de Estatuto. As discussões iniciaram em outubro de 86. UFE — Universidade Federal do Espírito Santo: Estatuínte instalada em janeiro de 86.

UFPr — Universidade Federal do Paraná:

Aprovado regimento de instalação de Estatuínte Universitária, constituído de: plenário com 30 professores, 18 estudantes, 12 funcionários e seis representantes da comunidade, dirigidos por uma mesa diretora. A Estatuínte funcionará em regime de plenária e comissões.

UFPb — Universidade Federal da Paraíba: Após reunião conjunta dos três conselhos superiores, foi criada uma comissão composta de três membros de cada segmento — classe (ADUFPb — Ass. Docentes, SINTESP — Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Superior da Paraíba e DCE — Diretório Central de Estudantes) para estabelecer as normas de trabalho da Estatuínte. A partir daí, as bases serão consultadas (coordenações de curso, professores, alunos e funcionários), departamentos (idem), núcleos (idem) e outros. Ainda não há prazos definidos.

UFPeI — Universidade Federal de Pelotas: Começa a discutir a Estatuínte neste semestre.



Prédio da Reitoria, Campus Central

No dia 23 de agosto, a direção do IL convocou o Conselho Departamental e estendeu o convite à Congregação e representantes dos três segmentos da comunidade de Letras para uma discussão dos prazos e da composição de uma comissão para dirigir a reforma dos Estatutos da UFRGS. Ficou enfatizado na reunião, que a comunidade de Letras julga ser o Congresso Estatuínte o melhor fórum para a realização do processo e assim a comunidade se dispõe a realizá-lo. Foi eleita uma Comissão Sistematizadora, composta por três representantes docentes, o mesmo número de funcionários e de alunos, eleitos pelos seus segmentos. A eleição dos docentes se realizou dia 19 de setembro.

A Comissão receberá e sistematizará propostas que serão discutidas em assembléia por segmentos e, numa segunda etapa, em assembléia geral, quando serão discutidas as questões julgadas de interesse de todo o Instituto.

A comunidade de Letras, que já realizou duas assembléias sobre a reforma do Estatuto, espera que todas as Unidades da Universidade promovam o debate mais amplo e mais democrático da reforma dos estatutos, de forma que a UFRGS consiga, através da mobilização de sua comunidade, eleger uma comissão sistematizadora e tomar as decisões finais num Congresso Estatuínte.

Instituto de Letras na vanguarda do processo de reforma dos Estatutos.

A professora Ana Maria de Mattos Guimarães, primeira diretora eleita pelo Instituto de Letras, está dando um

exemplo de como o processo de reforma dos Estatutos deve ser conduzido na Universidade.

Avaliação Política de uma Gestão

Os princípios que orientaram a ação da Diretoria no biênio 87/89 foram os mesmos que pautaram a ação das sucessivas diretorias da ANDES, agora ANDES — Sindicato Nacional, e que inspiraram também a constituição de uma chapa presidida pelo prof. Homero Simon, da Escola de Engenharia, para concorrer à direção da Associação em 1985.

Tais princípios sintetizam-se na defesa de uma Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Democrática e Competente, como forma de expressar um compromisso maior com a luta pela democracia na sociedade brasileira, da qual a Universidade deve ser parte ativa e preocupada com o debate das grandes questões nacionais. E estão fundadas na convicção de que o movimento docente é parte essencial na construção dessa Universidade, na medida em que expressa a redefinição do espaço de ação política no interior da instituição acadêmica. Pretensões à direção das universidades necessitam, cada vez mais, submeter-se ao crivo de uma comunidade acadêmica organizada que sabe exprimir seus interesses, seja na defesa das suas condições materiais de trabalho, seja na exigência de definições claras quanto aos conteúdos dos "projetos-de-universidade" que são apregoados.

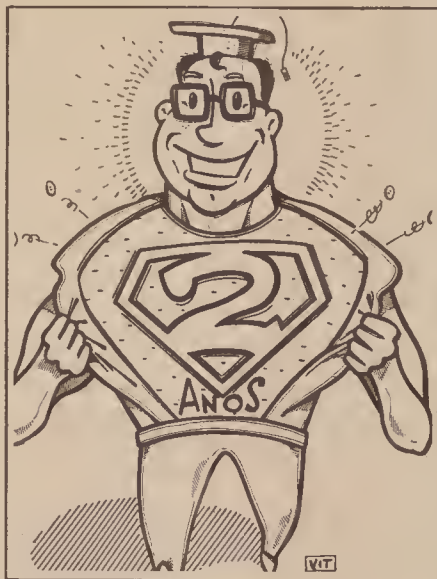
Vale aqui, sem apelo ao óbvio, a constatação de que nos processos da vida coletiva a consciência não se forma linearmente. Muitas vezes as assembleias esvaziadas, o aparente desinteresse suscitado nas discussões sobre as reformas necessárias na arcaica estrutura das nossas universidades públicas, mal escondem uma coletividade atenta e não mais disposta a compactuar com soluções de força. Os que se fiam na "apatia generalizada", no "oportunismo intrínseco da vida acadêmica", nos hábitos

consolidados pelo autoritarismo, na capacidade de cooptação da máquina administrativa para neutralizar os descontentes com os conchaves obtidos, exercem um poder absolutamente duvidoso, que se esgueira pelos corredores, que não tem coragem de mostrar a cara e se fazer chamar de Reitor, que busca sustentação no cinismo dos mais variados tipos e personagens unidos pela ambição comum de aproveitar-se, seja para proveito material ou por pura vaidade pessoal, profusão generosa de cargos em comissão.

A instauração de um espaço de moralidade não apenas alternativo, mas antagônico à pequenez dos interesses que estão aí, um espaço de moralidade que permite o surgimento e o fortalecimento de outros tipos de personagens, sustentados pelo brilho de suas carreiras acadêmicas e pela dedicação à Universidade, é uma conquista do movimento docente.

A Diretoria da ADUFRGS, que agora encerra sua gestão, sente-se vitoriosa ao constatar que contribuiu positivamente para a instauração dessa moralidade, e confia que este será um processo irreversível que sobreviverá às manobras dos que ainda se sentem donos do poder. Esta certamente foi nossa realização maior.

Renato de Oliveira — 1º vice-presidente ADUFRGS



Aproxima-se o final de mais uma gestão da ADUFRGS. Como é de praxe, o balanço financeiro será publicado em breve, mas para nós o que mais interessa é o balanço das realizações ocorridas.

Inicialmente, cabe apresentarmos como encontramos a ADUFRGS. Possuía na época três funcionários (secretária, contínua e assessor de imprensa), uma máquina de escrever IBM e móveis em geral, numa sede de duas peças, além de uma sub-sede no Campus do Vale. Cabe agora relatar como estamos entregando a

ADUFRGS, para depois podermos fazer o balanço. Passamos a contar com seis funcionários (além dos já existentes contratamos uma contínua e um operador para o Micro). Materialmente, contamos com mais uma máquina de escrever, um micro-computador, um aparelho de telex e aparelho de som para as assembleias. Ampliamos a sede com uma cozinha e uma ampla sala para reuniões, além de ampliarmos o mobiliário.

Mas um fato não material que tem sido importante para a atual Diretoria é o envio de delegações aos congressos da ANDES com o máximo possível de delega-

dos, fato que antes nunca se fazia possível por falta de recursos. E por falta de recursos ficamos prejudicados no nosso envolvimento junto ao movimento nacional dos docentes, que tem claramente demonstrado que sua força está na unidade do movimento a nível nacional.

Bem, apesar de todos os problemas apresentados pela conjuntura econômica, conseguimos crescer, sem ser preciso cobrar mensalidades altas (cabe salientar que a ADUFRGS cobra uma das mais baixas prestações das IFES). Uma única ressalva deve ser feita neste ponto, a de que não conseguimos instalar a cobrança de uma mensalidade proporcional ao salário.

Mas e como balançarmos politicamente este avanço na área financeira? Cremos que pela qualidade política dos investimentos realizados, pois todos, além de apontarem para uma maior agilidade administrativa da Associação, apontam também para uma mais rápida ação política da Associação. Com o telex estamos em contato constante com a ANDES e com o nosso micro temos nossa correspondência com as demais entidades e com os associados quase que de forma instantânea.

Para concluirmos este rápido balanço, gostaríamos de incluir o novo grupo da Golden Cross criado e o seguro de vida em grupo, que estamos operando há mais de um ano, e o seguro de automóveis, estendendo para os sócios da ADUFRGS serviços de boa qualidade. Darci Barnech Campani — Tesoureiro ADUFRGS

AQUISIÇÕES DA ADUFRGS GESTÃO 87/89

Micro Computador Sigma XT
Impressora Graftix GS 1000
Telex Stratus 330
Cofre
Máquina de Calcular Dismac 2112 MPV
Máquina de Escrever Praxis
Ar Condicionado Elgin
Fogão Yanes
Máquina Xerox modelo 2.600

Amplificador, duas caixas de som e um megafone (adquiridos pelo fundo de greve)
Estabilizador de voltagem Tecnowatt TW 1000
Três cadeiras para escritório
Seis cadeiras tipo "diretor"
Um conjunto de som "três em um" CCE

ELEIÇÕES

A ADUFRGS vai ter eleições nos próximos dias 10 e 11 de outubro, para o biênio 89/91 e para o Conselho de Representantes, gestão 89/90. As inscrições de chapas podem ser feitas até dois de outubro, na secretaria da ADUFRGS, das nove às 18 horas.

Serviços oferecidos pela ADUFRGS aos seus associados

ASSESSORIA JURÍDICA — Dr. Rogério Viola Coelho.
Horário de atendimento: quintas-feiras, das 17 às 19 horas, na sede da ADUFRGS.
XEROX — cópias a preço de custo
TELEX
ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR — Golden Cross

SEGURO DE VIDA — Cia. União de Seguros. (Corretora: Maria Imelda Scheneider)

SEGURO DE AUTOMÓVEL — Denes Nascimento Corretora de Seguros Ltda. (Corretor: André Azevedo do Nascimento).

NOVOS SÓCIOS

Professores da UFRGS, da Escola Técnica de Comércio e do Colégio Aplicação que ainda não se associaram à ADUFRGS, poderão encaminhar a proposta encartada nesta edição à Av. João Pessoa, 409, CEP 90.040 — Porto Alegre. Informações no local ou pelo telefone (0512) 26.2719.

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL PROPOSTA DE SÓCIO

NOME: _____
UNIDADE: _____ DEPARTAMENTO: _____
CATEGORIA FUNCIONAL: _____
ENDEREÇO RESIDENCIAL: _____
FONE: _____
ENDEREÇO COMERCIAL: _____
FONE: _____
DATA: _____ ASSINATURA: _____

Convênio de saúde com Hospital de Clínicas

Uma das primeiras medidas da Diretoria que assumiu a ADUFRGS em outubro de 1987 foi buscar concretizar um plano de saúde para os seus filiados com o Hospital de Clínicas de Porto Alegre — HCPA. A idéia já vinha tomando forma na Diretoria anterior, e foi desenvolvida ao longo de toda a Diretoria atual, estando prestes a se consolidar.

O convênio, a ser assinado com a Direção do Hospital de Clínicas e a AMA — Associação dos Médicos Assistentes do Hospital — dará assistência médica aos docen-

tes filiados a ADUFRGS e seus familiares. A ADUFRGS e o HCPA estão discutindo um plano de saúde com base em duas propostas. Uma, na qual se desenvolveria uma espécie de "clínica de família", com a abertura desta especialidade até agora inexistente no HCPA. A medicina de família, modalidade de tratamento médico que já foi tradicional, faz parte das diretrizes da OMS — Organização Mundial de Saúde. Os professores sócios da ADUFRGS e suas famílias, que contam 4.674 pessoas (1.558 professores e 3.116 dependentes)

seriam a primeira população da Clínica de Família do HCPA.

A segunda proposta discutida é um plano de saúde em que os conveniados tenham consultas garantidas nas diversas clínicas do HCPA. O Hospital tem aproximadamente 200 agendas médicas, que totalizam perto de 2.400 consultas por dia, nas diversas especialidades. A Associação dos Docentes teria garantida uma consulta de cada agenda por dia, isto é 200 consultas. A ADUFRGS serviria como mediadora entre paciente e Hospi-

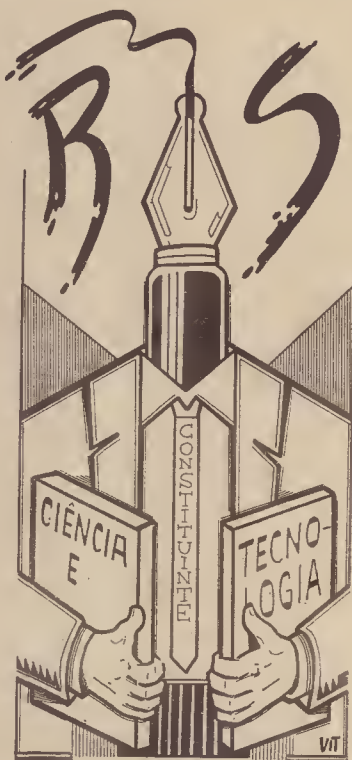
tal, necessitando marcar uma consulta, o associado se dirigiria à Associação. Calcula-se que 70% dos casos seriam resolvíveis a nível de ambulatório. As internações poderiam ser feitas pelo INAMPS ou particular, onde os docentes da UFRGS já têm um desconto de 30% nas diárias dos quartos.

O convênio seria feito da seguinte forma: a ADUFRGS cobraria taxas mensais como um seguro-saúde, que formaria um fundo a ser utilizado nas internações.

CONSTITUINTE ESTADUAL

Os caminhos para CeT

No momento em que fechávamos esta edição, a Constituinte Estadual estava prestes a votar, entre outros artigos, um que prevê a destinação de verbas do Estado ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia. O professor Lívio Amaral, do Instituto de Física da UFRGS e membro da APERGS (Associação dos Pesquisadores do Estado do RS), tem acompanhado o processo referente ao capítulo Ciência e Tecnologia da Constituinte Estadual. Nesta entrevista, ele conta o desenrolar das emendas referentes ao apoio à Ciência e Tecnologia.



ADVERSO: Como membro da APERGS poderias traçar um histórico da mobilização da comunidade científica em prol de uma dotação orçamentária para ciência e tecnologia no estado.

LÍVIO AMARAL: Desde há um ano atrás a SBPC (regional sul) capitaneando uma série de associações científicas regionais e estaduais vem se preocupando com o aspecto de financiamento em pesquisa na área de ciência e tecnologia. Exatamente no mês de agosto de 1988, em um painel do programa "Ciência às 18:30" já se discutia essa questão, quando era focado quanto custa a pesquisa e quem a financia. Colocava-se a necessidade de se considerar o que a Constituição Federal esboçava no tocante à ciência e tecnologia, visando um esforço no mesmo sentido para assegurar os iguais procedimentos na Constituição do nosso Estado. No final de 1988, quando realmente se consagrou na Constituição Federal que deveria haver para ciência e tecnologia vinculação de dotação específica nas Constituições Estaduais, a SBPC, APERGS, Sociedades científicas de Química, de Física, de Matemática, de Biologia etc., começaram este movimento no sentido de assegurar, primeiro esclarecendo junto aos deputados estaduais e junto à comunidade de modo geral, essa possibilidade e essa necessidade de se colocar na Constituição Estadual um artigo referente a

orçamento específico para ciência e tecnologia.

ADVERSO: Como foram feitos os primeiros encaminhamentos na Constituição Estadual nesse sentido?

LÍVIO AMARAL: Quando da instalação da nossa Constituinte Estadual fizemos um primeiro contacto na comissão temática, que era a Comissão de Educação, Esporte, Turismo, Ciência e Tecnologia já se propondo que houvesse essa dotação e adotando como modelo a bem sucedida experiência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Usando o modelo da FAPESP nós, enquanto membros da comunidade científica que trabalhamos nesse sentido, começamos a ressonar junto aos deputados estaduais gaúchos a possibilidade de se elaborar uma proposta para ciência e tecnologia, pedindo que 2% da receita líquida de impostos do estado seja consignado ao fomento da pesquisa através da FAPERGS. No primeiro momento esta proposta foi incorporada no texto da Comissão de Sistematização por encaminhamento da comissão temática. Uma vez passada esta etapa, isso foi levado para a votação em plenário no chamado Projeto 1, promulgado no dia 20.07.89. A este Projeto 1 foram acrescentados uma série de emendas de diversos teores, sendo que algumas protocoladas pelo corpo dos deputados e

outras por parte da comunidade científica. Finalmente, no dia 14 de agosto, depois de várias etapas de negociações e entedimentos entre deputados e membros da comunidade científica, foi votado o artigo 303, onde por uma maioria favorável do corpo de deputados foi mantido no projeto de Constituição 1.

ADVERSO: Do encaminhamento inicial, o artigo 303 sofreu alguma mudança até assumir este corpo aprovado no projeto 1.

LÍVIO AMARAL: Bem, gostaria de esclarecer que este corpo final do referido artigo resulta de uma fusão de emendas de cinco deputados, onde percebe-se duas diferenças básicas com relação ao texto originalmente encaminhado pela comunidade. Veja-se, no aspecto da percentualidade, onde tinha-se a princípio uma dotação de 2% da receita líquida e foi aprovado 1,5%. A outra significativa mudança se deu pela eliminação do parágrafo que regulava a forma com que seriam repassadas as verbas do Estado para a FAPERGS, verbas essas que seriam usadas no fomento à pesquisa em ciência e tecnologia. Com relação ao texto original houveram ainda 15 emendas referentes ao corpo do

artigo, sendo que basicamente poderia-se dividi-las em três grupos, ou seja, 10 emendas mantinham o percentual, mas retiveram a forma de repasse como sendo através da FAPERGS. O segundo grupo mudava a incidência do percentual, propondo que esse percentual fosse calculado sobre orçamento, impostos, receita líquida que são rubricas diferentes no montante orçamentário do Estado.

Um último grupo de emendas protocoladas por sindicatos patronais que retirava a idéia básica do artigo 303, propondo em seu lugar um posicionamento muito vago, dizendo que o Estado

deveria investir em pesquisa na área de ciência e tecnologia não definindo nem de que forma ou como esses investimentos seriam feitos. Isto revela o grau de interesse que este assunto despertou na Assembleia, onde inúmeras negociações se fizeram necessárias, até a sua aprovação final do Projeto 1.

ADVERSO: Qual a avaliação da APERGS a respeito do texto final a ser votado no projeto?

LÍVIO AMARAL: Digamos que corresponde em parte à vontade da comunidade científica, onde a expectativa foi contemplada em alguns pontos, mas por outro pode-se afirmar que os ganhos são significativos se observarmos que partiu-se do nada. No entanto, as atenções maiores voltam-se para a viabilização mais rápida possível da lei complementar que se faz necessária na execução desse artigo. Dispondo-se até mesmo sobre alguns outros pontos onde a própria comunidade tem interesse, sendo que a partir talvez do próximo ano a FAPERGS já possa contar com esta receita dotada para programas de fomento e incentivo da ciência e tecnologia.

LIVROS E REVISTAS SOVIÉTICOS

CIÊNCIAS HUMANAS
Filosofia, Política, Sociologia, História
Economia, Direito, Educação.

LITERATURA
Clássica, Contemporânea, Infantil,
Álbuns de arte, Teatro e Poesia.

CIÊNCIAS EXATAS
Física, Matemática, Química,
Mineralogia, Mecânica, Termodinâmica
Eletrônica, Engenharia civil, etc.
Medicina e Biologia.

REVISTAS DIVERSAS
Avulsas e Assinaturas

LIVRARIA E DISTRIBUIDORA TÉCNO-CIENTÍFICA.
Riachuelo, 1345 - Fone. 26 68 51 - P. Alegre

CULTURA

O autor destes dois contos que publicamos, Enéias Forlin, 25 anos, é inédito. Jornalista, Enéias pratica — e há algum tempo ousa lapidar — o que de melhor a profissão lhe ensinou: escrever.

ROMPIMENTO I

Eu nunca mais vou sair daqui. Passarei, assim, sentado em frente a esta janela, olhando infinitamente para rua, as pessoas atravessando aquela rua que jamais atravessarei. A obsessão deste olhar fica sendo minha nova existência. Já ignoro completamente a presença deste corpo inimigo que me manteve enclausurado por tanto tempo: não tornarei a me servir dele outra vez. Passo a ignorar a limitação de seus movimentos ilusórios e liberto minha consciência para o espaço absoluto do pensamento. É nesta região que começo a reviver, enquanto assisto a derrota desta insólita existência material, que me condenou à autoridade da vergonha, ao exílio do remorso.

Equívoco grosseiro, minha existência. Não me fiz, empenhei os anos em destruir o que encontrei feito: meu corpo. Nunca fomos amigos: meu corpo e eu. Antipatizamos desde o instante primeiro em que nos vimos forçados ao convívio diário. Sempre me foi intolerável exibir aos olhos assustados e escarnecedores das pessoas esta estrutura orgânica (repulsivamente) ambígua, (desengonçadamente) feia e, tanto quanto, deve ter sido penoso para esta massa inanimada suportar a presença visceral de uma consciência (ostensivamente) estranha. Estava declarada a guerra: se ele agia eu emudecia; se eu pensava em agir, ele paralisava. Gastei os anos a inibir suas sensações, e vi ignorados todos os meus projetos; empenhei-me em ridicularizar seus sentidos, e presenciei a anestesia de meu raciocínio, a derrota de meu pensamento. Foi, sim, uma longa batalha, sem tréguas, encarniçada. Se não poderia me realizar nesta existência, tampouco iria permitir que ela se realizasse em meu nome. Agora, porém, saio vencedor: já não empurro este débil corpo para a morte, tão somente decreto a autonomia de minha consciência, e o deixo à deriva, a morrer pela sua própria incapacidade de autogestão.

Endureço. Não preservo nada mais que a dura determinação de romper com a matéria para mergulhar na lucidez vertiginosa da idéia. É possível que a idéia se faça ilusão, a lucidez desande em brumas e o Tudo, enfim, ceda ao Nada. Nada a fazer, assumo o risco de minha dissolução. Já me basta o ato em si desta decisão libertadora, é ele que passa a me garantir, ainda que talvez por pouco tempo, a soberania de minha consciência. Enquanto ele durar, mantereí a certeza de que, tanto quanto pude, subjugué a matéria e me distanciei dela. É o que sou neste momento: uma absolutização da consciência.

Ficarei definitivamente aqui. Vou passar, assim, sentado em frente a esta janela, a olhar para a rua, as pessoas atravessando aquela rua que jamais atravessarei. E mesmo que cesse a travessia e se interrompa a luz, toda a luz, ainda assim me caberá o sorriso final. Não serei arrastado para fora do cenário, serei o último a fechar a porta, e se nada de mim houver pela frente é bem certo que tampouco deixarei algo de mim para atrás. Diluída a consciência, não restará senão destroços inanimados da matéria. A certeza final: se é incapacidade de minha consciência garantir o prolongamento da vida, inquestionavelmente não o é de determinar sua cessão.

Extinguido o movimento dos membros, abrandada a respiração, adormecido o fluxo do sangue, as batidas do coração, somente meus olhos restarão fixos naquela rua: linha última de minha impetência material.

ERRATA 1: A matéria publicada na página de Cultura, foi feita com a colaboração de Débora Lerrer. Na mesma matéria, foi publicado que o jornalista Carlos Urbim era diretor de Radiojornalismo da Rádio da Universidade. Urbim é diretor da Rádio.

ERRATA 2: O pseudônimo do autor da trova gauchesca "Tem Xirú em Cima do Muro" foi publicado erroneamente como Bandô. O nome correto é Baldô, pseudônimo do professor Balduino Andreolla, diretor da Faculdade de Educação da UFRGS.



Ruf des Todes (Chamado da Morte).
Litografia de Kate Kolwitz (1934/35)

ROMPIMENTO II

Então era verdade. André fechou os olhos em defesa, procurando neutralizar aquela sensação de pânico que brotava da boca do estômago e se alastrava para o resto do corpo. Não! A constatação doía. Não! André comprimia os dentes. Não: ele jamais se acostumaria com a idéia. Estendido sobre a cama, André ordenou ao cérebro que adormecesse mas como resposta viu as imagens intrusas arrombarem as portas de sua memória e forçá-lo à reconstituição de cena. Então ele se reviu a registrar fascinado cada milímetro daquelas formas tão masculinas que se impunham à visão. André se redescobriu com a respiração compressurizada, o coração em franca histeria. Procurara desviar os olhos, movimentar as pernas e soube que a razão havia sido destronada. A visão imperava absoluta e André deixou-se expor àquele embate de imagens, que desfigurava de modo irrevogável a sua condição sexual: sua auto-imagem ia sendo esfacelada pela imagem do Outro, o representante do mundo viril. Por fim, quando conseguira se libertar daquela emboscada, André se afastou veloz, correu mesmo, mas por quanto fugisse não pudera se desprender da consciência que agarrada ao cérebro lhe gritava insultos.

"Bicha", esta palavra se infiltrou pelo sono recém-iniciado de André e o atirou para fora da calma, devolvendo-lhe ao massacre de pensamentos que a Lucidez engendrava de forma quase maníaca. "Bicha", esta palavra chicoteou-lhe a auto-estima e André se esbofeteou, arrancou-se os cabelos e arremessou a cabeça contra a borda da cama. A idéia que fazia de si — tão minuciosamente construída ao longo dos anos — desmoronava inteira diante da evidência de um único olhar. Sua autoridade moral deslocava-se para o olhar de outrem: a partir de então, seriam os outros a dizer-lhe quem era e do que gostava. Sua consciência o havia traído: agora ela ficava desautorizada a continuar guiando-o. André estivera se enganando a vida toda: evitara olhares, impedira gestos, massacrara sentimentos, enfim, apenas negara em ato o que já estava definido em potência.

Quando tornou a adormecer, André não apenas sabia quem era, mas começava a compreender também que já não mais se gostava. Um estranho havia se introduzido na unidade de seu ser e a rompera. André sabia que jamais poderia expulsá-lo mas lutaria até o fim para que o estranho não viesse a dominá-lo totalmente. André tornou-se inimigo de André.

PERSONÁLIA

ERNANI MARIA FIORI

Ruy Carlos Ostermann

Acho que não o conheci bem. Conhecer é um ato de desvelamento. O professor Fiori era um homem de óculos que chegava pontualmente à sala de aula, fazia um cumprimento discreto para os mais próximos, sentava-se retirando o relógio que punha e dava corda a sua frente. Então abria um pequeno arquivo de couro e principiava exatamente do ponto em que havia deixado sua densa re-elaboração dos filósofos espiritualistas franceses. Fiz um semestre todo com Blondel como assistente da cadeira. Fora Blondel? Acho que sim, e em francês logo traduzido pelo pequeno grupo de alunos da cadeira de Introdução à Filosofia. Em 64 saímos todos com nosso professor Fiori, o Dante, o Ernildo e eu, os assistentes. Os seminários que serviam de apoio para as aulas do prof. Fiori foram planejados naquele verão.

Morava na Nova Iorque, éramos recebidos numa sala, a Otília vez por outra passava, o Paulo eu ainda não conhecia. Eram muitos irmãos, uma mesa que, imagino, refez todas as vezes que pôde a cabeça do severo professor de erre cortante, o primeiro que me falou da ação totalitária do pensamento sobre o ser embarcando-me nas contradições da política com a filosofia. A totalidade, a plenitude, isso era o totalitário de que falava Fiori com o olhar absorto num horizonte imaginário que parecia passar pela nossa cabeça e alojar-se entre a janela que dava para a Reitoria e quarta fila de cadeiras.

Outro dia, numa homenagem, Paulo Freire lembrou que as aulas de Ernani eram expositivas mas eram aulas expositivas de um grande mestre, logo valiam por sua transcendência, pelo valor de abrangência e compromisso. A exposição, penso eu, era a forma como o raciocínio se encadeava, lógico e perseverante, impedindo-se assim que alguma sutileza de forma pudesse empobrecer a inalterada proposta filosófica de reflexão.

Sério, de brevíssimo sorriso, Fiori foi delimitando uma postura de professor que foi possível acompanhar, orgulhosamente, em meio a mediocridade acadêmica que se fez prepotente e inquisidora na Faculdade de Filosofia a partir de abril de 64.

Acho que, infelizmente, não o conheci bem. Precisaria tempo, intimidade, alguma disponibilidade intelectual que não tive. Mas quando me pedem que me lembre dele nem me esforço: Ernani Maria Fiori vem pelo corredor, entra na sala, sorri e eu me ajusto outra vez na cadeira. A Filosofia recomeça.

O professor Ruy Carlos Ostermann é secretário de Educação do Governo estadual

Tribunal de Lima

De 1985 a 1988, o Governo brasileiro pagou 56,6 bilhões de dólares em juros e amortizações da dívida externa. Recebeu em prestados US\$ 16,7 bilhões (que foram utilizados, em sua grande parte, no pagamento dos juros aos credores). A dívida externa cresceu de 102 para 113 bilhões de dólares neste período, enquanto que a população brasileira sofreu uma inflação de 53 mil por cento. No mês de setembro, vence mais uma parcela da dívida: US\$ 2,3 bilhões. O Brasil está à beira da moratória, pois suas reservas cambiais dificilmente poderão ser usadas para cobrir os juros da dívida. Enquanto isto, sofremos todos com uma inflação de 30% ao mês, segundo os cálculos oficiais, parte da política econômica de arrocho salarial, que segue os passos ditados pelo FMI - Fundo Monetário Internacional. A subserviência do Brasil e dos demais países do Terceiro Mundo para com o FMI se traduz, hoje e sempre, em estagnação e tragédia para os povos. Para lutar contra esta tirania, representantes dos povos do Terceiro Mundo se reúnem em setembro em Lima, Peru, no Tribunal Internacional que vai julgar os responsáveis pela consequência da dívida externa sobre os povos, e para o qual o Brasil prepara um dossier.

A revista "Atualidade Econômica", editada no Peru pelo Centro de Assessoria Laboral, publicou trechos de uma carta-renúncia escrita por um alto funcionário do FMI em maio deste ano. Este material, que transcrevemos, servirá como prova de acusação no Tribunal de Lima contra a política do FMI.

Sr. Camdessus
Diretor Executivo do
Fundo Monetário Internacional
Washington

Estimado Sr. Camdessus

1. O ambiente

a) Por que sou levado a infringir o código de "boa conduta do pessoal do FMI" e a escrever esta carta?

Hoje renuncio ao staff do FMI, após 12 anos de dedicação e 1.000 dias dedicados ao trabalho, defendendo as propostas do Fundo e os pacotes de medidas dirigidos aos governos e povos da América Latina, do Caribe e da África. Para mim, renunciar representa um alívio inimaginável, colocando-se em condições de dar um primeiro passo em direção a um local onde possa lavar minhas mãos em relação àquilo que para mim representa a sangria de milhões de seres pobres que morrem de fome. Sabe, Sr. Camdessus, a sangria é tamanha que chega a jorrar em borboleões. Mas isso também seca, e secou sobre mim: às vezes acho que não há quantidade suficiente de sabão no mundo todo que me livre das coisas que fiz em seu nome e no de seus predecessores, sempre sob o

rótulo oficial.

Porém, posso esperar. É certo que tenho tempo. Posso esperar que haja compaixão e indignação no coração dos habitantes deste planeta, e que os povos possam se revoltar e escutar o que tenho para dizer, bem como ouvir a sua resposta. O senhor terá de responder, porque os argumentos que apresento não são artilharia ligeira, mas tocam no ponto central da sociedade ocidental, sua moralidade e suas instituições intergovernamentais criadas no pós-guerra, que degeneraram em fraude a farsa, sob o pretexto de estabelecer e manter a ordem econômica internacional e sua eficiência.

(Em seguida, o funcionário cita seis razões que desmascaram a política do FMI, tomando como exemplo o caso de Trinidad-Tobago, quando participou como membro da equipe de negociação do Fundo Monetário Internacional).

I - A equipe manipulou as estatísticas, deliberada e sistematicamente (...).

IV - Embora o país continuasse a resistir ao nosso remédio mortal, não cessamos nossa prática de manipulação estatística e desinformação para prejudicar o país. Uma de nossas muitas medidas, entre outras, consistiu em influenciar o Banco Mundial, com o objetivo de conseguir apoio às políticas manipuladas por nós elaboradas e às medidas recomendadas.

V - Em nossa aparentemente inexplicável manipulação de Trinidad-Tobago - procurando primeiramente destruí-lo economicamente e, em seguida, converter o país num bastião de ortodoxia do FMI -, fizemos uma série de pressões intoleráveis sobre o Governo, no sentido de que levasse a cabo nações que negassem aspectos vitais de suas relações internas, que são amparadas pela Constituição do país.

VI - Nosso pacote político para Trinidad-Tobago (isto é, as condições que exigimos em qualquer programa do Fundo) e as medidas que exigimos de seu governo (pré-condição para o acesso aos mercados de capitais internacionais e aos empréstimos oficiais (...)) nunca poderão servir, sob nenhuma circunstância, aos objetivos de estabilidade financeira e crescimento econômico. Pelo contrário, o que estamos fazendo é obrigar o governo de Trinidad-Tobago a destruir a si mesmo e a desencadear um caos social ininterrupto.

Ainda que pareça mentira e que reflita uma total falta de ética, o que fizemos e continuamos fazendo em Trinidad-Tobago se repete em outros países do mundo, particularmente na América Latina, no Caribe e na África (...)

Davidson L. Budhoo - do Staff do FMI

Pequim pelo computador



Foto de capa da revista IstoÉ- Senhor, de 14/6/89.

Esta mensagem sobre os acontecimentos de Pequim chegou à UFRGS através de uma rede internacional de computadores: a BITNET. Trata-se de uma espécie de rede mundial de correio eletrônico, criada em maio de 1981, quando duas universidades norte-americanas (City University of New York e Yale University) conectaram seus computadores com o objetivo de permitir a comunicação entre seus usuários, na forma de troca de mensagens e arquivos. A BITNET (Because It's Time Network) surgiu com a ligação de outras Universidades à rede, que hoje conecta milhares de computadores de universidades das Américas, Europa e Ásia. Desde o início do ano, informa o professor Heuser, do Depto. de Informática da UFRGS, funcionam na Universidade dois nodos desta Rede. Um, no computador da Biblioteca Central, que assim integra o correio eletrônico no espectro dos seus serviços; o outro, no Instituto de Física, atendendo aos usuários do Campus do Vale.

O material chegou ao jornal da ADUFRGS através da professora Cláudia Sabani (Depto. de Informática) e foi traduzido pela prof. Eloina Pratty dos Santos (Inst. de Letras).

O texto sobre os acontecimentos em Pequim chegou aos computadores da UFRGS embutido na "Mail List", lista de endereços, certamente uma forma "branca" de passar mensagens "contrabandeadas" através do mundo. Várias partes do extenso material demonstram a estratégia dos remetentes e destinatários em usar códigos para fazer com que a comunicação seja entendida por todos os componentes da rede de informação. A mensagem deu uma verdadeira "volta ao mundo", passando por países como Itália, EUA, Polônia e muitos outros.

Normalmente, as chamadas "correntes" mantêm em seu cabeçalho o último nome e endereço do seu remetente. Os participantes desta corrente de comunicação mundial preferiram, diferentemente, manter todos os nomes e endereços dos remetentes e destinatários, para mostrar o quanto a mensagem andou pelo mundo. O impacto que a mensagem vinda de Pequim no momento em que se formava uma situação de tensão que culminaria no grande massacre do povo chinês, e o próprio momento do massacre, pode ser sentido lendo-se as mensagens de cada um dos participantes da "corrente". Por exemplo: "Esta mensagem de Pequim nos provoca nós na garganta". (...) "Esta mensagem é uma inspiração para redobramos nossos esforços para engajar a todos na rede da Easynet". (na UFRGS, a Bitnet) (...) "Eu achei que deveria dividir com vocês este relato pessoal do que está acontecendo nas ruas de Pequim. O mensageiro é nosso próprio Shi Limin (correspondente do jornal Sun Beijing Tse - Pequim). O "Norm" a que ele se refere é Norm Shulman, diretor do Jornal". (Relato de antes do massacre).

"A situação aqui parece estar melhorando. Todos os membros do Exército estão bloqueados do lado de fora da cidade de Pequim. A vida das pessoas na cidade parece normal. Pode não se notar diferenças da vida

de sempre nas ruas ou nas lojas agora. Embora os estudantes estejam dirigindo o tráfego ao invés da Polícia, há menor número de acidentes do que antes. Ainda há milhares de estudantes na Praça Tan Anman (da Paz Celestial). Eles disseram que não se retirarão até que seus objetivos sejam atingidos. A área estudantil está cercada e controlada pelos estudantes. Muitas pessoas estão demonstrando seu apoio a eles fora da área estudantil e na rua, em frente à Praça. Além da Praça, o Exército do Povo está onde estão as áreas de concentração. O Exército do Povo cerca a cidade, mas o povo o cerca. Centenas de milhares de pessoas e estudantes bloqueiam todos os portões. Eles cercam os carros dos soldados, os carros de gás e os tanques. Eles contam aos soldados a verdade, dão a eles jornais, água e comida. Alguns soldados deixaram cair suas lágrimas e diziam que não sabiam o que estava acontecendo em Pequim e o que fazer lá. Um grupo de estudantes e professores da Universidade de Pequim levou sua saudação ao Exército dos Filhos e Irmãos do Povo ontem.

Assim sendo, neste momento, a vida em Pequim é muito pacífica. Não há razões para que o exército entre na cidade. Os próprios soldados não querem enfrentar os estudantes e o povo que está lá. De qualquer forma, muitas pessoas vão para as ruas à noite e passam a noite lá - eles estão prontos para bloquear os tanques usando seus corpos. Enquanto isto, eles contam piadas sobre Li Peng (o primeiro ministro) gritando insultos a ele nas ruas.

Tenho ido seguidamente à Praça da Paz Celestial nestes dias. Passei quase toda uma noite com os estudantes em greve de fome lá semana passada. Não se preocupem, não tenho problemas aqui. Recebemos uma ordem de Hong Kong ontem que pedia que todos os correspondentes estrangeiros fossem para lá. Norman disse que não era necessário. Eu também acho que não. O estado das coisas não é tão ruim aqui. É o melhor estado de coisas durante 40 anos - disse Norman. (...)

Eu posso entender como vocês se preocuparam quando ouviram as notícias de decretação da Lei Marcial em Pequim. Espero poder transmitir a vocês quão forte é o povo e quão fabulosos são os estudantes. Estou orgulhoso deles". (No dia quatro de junho, a mensagem continua, agora, após o massacre que matou milhares de manifestantes).

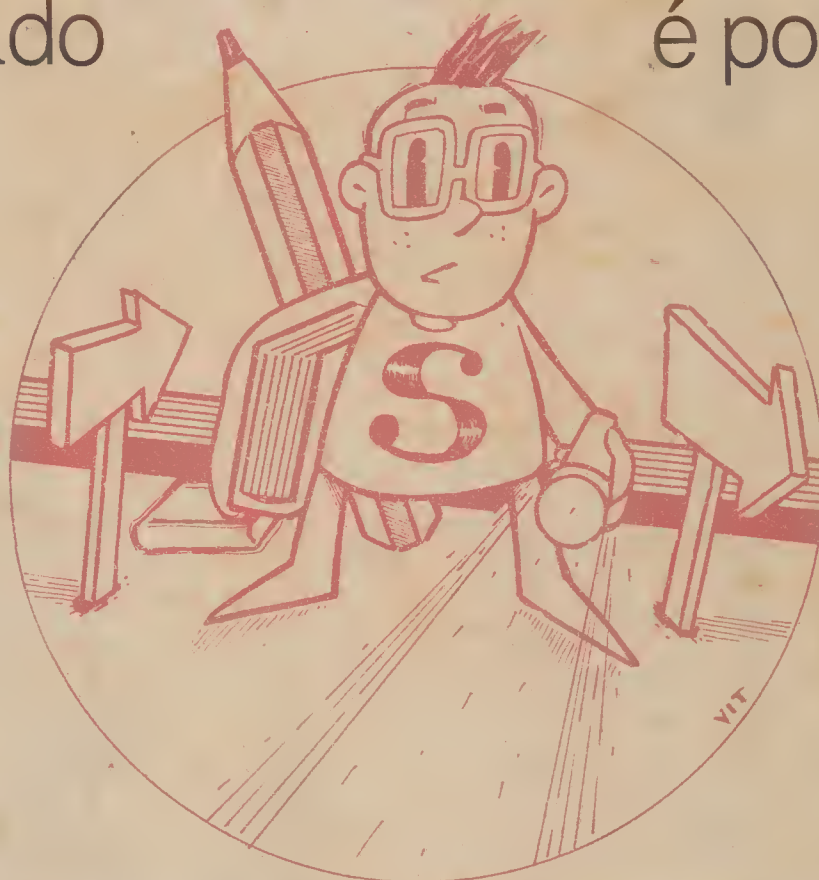
"Derramamento de sangue em Pequim. De acordo com várias chamadas telefônicas feitas por estudantes chineses para a Universidade de Stanford, o número de mortos já excede 1000. Este número não é exato porque aqueles assassinos já queimaram vários corpos de manifestantes para encobrir a verdade sobre este massacre".

A mensagem continua, contando muitas das coisas que a imprensa acompanhou naquela trágica semana para a cidade chinesa de Pequim e para a humanidade. Ressaltamos aqui, a diferença de tom utilizado pelo correspondente antes do massacre e depois do massacre. Imaginava-se que o Poder dos homens pudesse causar tamanho mal?

Caricatura de Klaus
Stuttman, de: Deutsche
Volkszeitung, RFA,
publicado na Revista
Educadores del Mundo,
da FISE.

Superdotado

é polêmica



A ADUFRGS, juntamente com a ANPAE - Associação Nacional dos Professores da Área de Educação, a ASSUFRGS e a Secretaria Regional Sul da SBPC encaminharam propostas de emendas populares ao texto da futura Constituição Estadual. Causaram polêmica as emendas em que as entidades solicitavam a supressão do termo "superdotado" do "caput" do art.247; do inciso VII do artigo 251, do parágrafo 3º do artigo 261 e a supressão do art. 271 e os seus três parágrafos, que preconizam educação especial ao chamado "superdotado". As justificativas à supressão do termo, referem-se ao caráter ideológico nele embutido, uma vez que implica em privilegiar algumas pessoas. Segundo o texto dos proponentes, "a proteção especial deve caber apenas aos portadores de deficiência. Outrossim, todos os estudantes devem ter reconhecidas suas peculiaridades, sem discriminação. (...) do ponto de vista político, é inadmissível acolher privilégios a um grupo que se pretende já mais dotado. O conceito de superdotado é marcado e criado na ideologia que admite a formação de elites, a discriminação cultural, o aperfeiçoamento da raça - não se sustenta como científico, sem compromissos como pretendem seus proponentes".

Os professores do Depto. de Psicologia da UFRGS, com o endosso do Conselho Regional de Psicologia - 7ª Região, da Sociedade de Psicologia do RS e do Sindicato dos Psicólogos do RS, se manifestaram contra a proposta de emenda através de um documento encaminhado aos Constituintes e às entidades. O documento gerou a retirada da autoria da emenda por parte da Secretaria Regional da SBPC. Nele, são repudiadas as justificativas para retirar o termo superdotado da Constituição, pelo fato dos mesmos "não terem embasamento científico, pretenderem um igualitarismo utópico, e, na pretensa tentativa de evitar discriminações acabam por discriminar o superdotado, propondo uma uniformidade e um nivelamento indesejáveis".

Os profissionais da Psicologia refutam a proposta de emenda das três entidades quando afirma, entre outras coisas, que "é imperativa a eliminação do conceito de superdotado neste texto constitucional devido à falta de sustentação científica nesta generalização ...". Para eles, tal afirmação é falha, e carece de sustentação científica. "É baseada

tão somente nela mesma - diz o documento. Nenhum fato científico é apresentado para justificar tal afirmação. (...) Quer-se, por acaso, negar que as pessoas diferenciam-se umas das outras quanto às habilidades que possuem? (...) Isto nos parece tão inadequado quanto afirmar que todos têm o mesmo peso ou a mesma altura".

Para o professor Paulo Kroeff, do Depto. de Psicologia, o superdotado é uma realidade e necessita de uma adaptação curricular a nível de complementação. "No texto constitucional, há artigos em que constam deficientes e superdotados. Tirar o termo superdotado e não tirar o termo deficiente é inócuo, porque o superdotado é o oposto do deficiente. Ele está acima da média, assim como o deficiente está aquém da média".

Mas os motivos constantes na proposta de emenda se apóiam sobretudo numa noção ideológica embutida no próprio conceito de

superdotado. O conceito de superdotado constante na Legislação estadual e federal é de crianças que apresentam uma excepcionalidade a mais e que se destacam no seu poder de conhecimento em determinados campos. Cecília Osowski, professora adjunta da Faculdade de Educação e doutoranda em educação, analisa o papel do superdotado na sociedade. Não podemos esquecer que o termo superdotado está sendo usado num sistema baseado em moldes capitalistas e sustentada pela relação capital-trabalho, de acordo com ela. "A relação que existe entre aquele grupo de pessoas consideradas superdotada, sempre em número reduzido, é uma situação concreta de sociedade capitalista, é que ela é uma força de trabalho especial por ser pensada a nível de capitalismo para fazer aquelas mediações para favorecer o sistema e fortalecer a classe dominante". Há uma concepção elitista embutida no termo superdotado, segundo

Cecília. "Na sociedade capitalista se diz que, em função de seus méritos você vai ter sucesso profissional, então você tem que se empenhar em trabalhar bem, em estudar bem, sem fracassar. Se fracassar, é um problema seu, individual. Então, este individualismo que fica centrado na pessoa, quanto tu começa a juntar esta idéia individual àquela idéia de que alguns são melhores e estes é que terão ganhos dentro de uma sociedade capitalista, favorece o elitismo".

As ideologias não podem passar por cima das pessoas, de acordo com o professor Kroeff. Ele sustenta a tese de que as diferenças existem, e devem ser trabalhadas diferentemente. Para ele, há uma idéia distorcida a respeito do que seja dar atendimento ao superdotado. "Não se trata de dar educação especial, nem de isolar, mas de proporcionar a ele um aceleração de currículo". O superdotado, na visão de Kroeff, pode ter talentos cognitivos mais desenvolvidos, mas afetiva e emocionalmente é igual às outras pessoas. "Isto cria desníveis que têm que ser trabalhados - diz ele. Os superdotados não podem deixar de ser atendidos por terem uma característica a mais. Isto significaria puxá-los para baixo, não deixá-los crescer".

A retirada do termo superdotado constante no texto constitucional é uma questão que vai mais longe, para a prof. Cecília Osowski. Se refere, antes de tudo, ao sistema educacional vigente, que é extremamente fraco. Por isso, para Cecília, a educação deve ser melhorada para todos. "Se nós tivéssemos uma excelente educação, uma proposta pedagógica honesta para atender as diferenças das pessoas (pois não se pode negar que as pessoas são diferentes), todos teriam acesso a um número de situações que satisfariam as necessidades. Eu não preciso rotular um grupo como superdotado para dizer que só ele merece uma educação melhor, eu tenho que pensar na grande maioria". Para ela, o prejuízo apregoado pelos que defendem a educação especial "é muito mais grave em um número incontável de crianças tidas como normais que não têm acesso à educação". Ela continua: "Se for oferecida uma educação melhor para todos, muita gente vai despotar, porque as diferenças vão ser postas para fora".

O QUE ACONTECE NA UFRGS

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 1990

O caos ao qual se encaminhavam as IFES - Instituições Federais de Ensino Superior desde o início do ano, causado pela absoluta falta de recursos financeiros para sua manutenção e funcionamento, teve um desfecho positivo. Após um movimento reivindicatório nacional por mais verbas para as Universidades Federais - o S.O.S. Universidade - que culminou na greve das IFES, foi acertado com o MEC que as próprias universidades elaborariam listas de suas necessidades visando a distribuição do orçamento de 1990. A medida, se não era exatamente o pretendido, ao menos abriu um precedente: pela primeira vez em sua história, as Universidades fazem levantamentos de sua situação financeira, solicitando ao MEC as verbas pretendidas em cada área.

As 24 Unidades da UFRGS assim o fizeram, e a Pró-Reitoria de Planejamento elaborou um quadro dos montantes solicitados para cada área. Os dados, publicados na tabela abaixo,

forne- xos, fornecidos pela Proplan da UFRGS, mostram os valores que devem constar no próximo orçamento da Universidade para 1990. O professor Volnei Alves Correa, da Faculdade de Economia, lembra que a partir desse resultado, as Unidades devem se mobilizar para exigir da Reitoria que

envie ao MEC, e deste, que cumpra sua parte, isto é, destinando as verbas solicitadas no próximo orçamento. A comunidade acadêmica deve ficar alerta, e usar sua força de pressão neste sentido, de acordo com Volney. No cômputo geral, as verbas solicitadas para Custeio (material de

consumo, serviços de terceiros), soma NCz\$ 12.779.192, perfazendo 13,18%; para Capital, a divisão é a que segue: material bibliográfico, NCz\$ 5.909.447; equipamentos, NCz\$ 61.054.698; obras, 17.279.420, num total de 97.022.757, fazendo 86,82% do total.

Dados em cruzados novos, referentes ao mês de maio/89.

EDUCAÇÃO	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3	ÁREA 4	CPD	TOTAL
Recursos Humanos						
Docentes	293	124	62	40	0	519
Téc. Administ.	532	417	225	81	94	1.349
Espaço Físico (Obras)						
Novos	5.719.841	3.825.250	780.765	0	1.500.000	11.825.856
Recuperação	4.094.682	1.336.940	21.942	0	0	5.453.564
Mat. de Consumo e Serviço	4.196.818	4.352.697	515.352	416.465	3.297.860	12.779.192
Material Bibliográfico	3.011.567	1.103.457	1.202.296	241.977	170.200	5.909.447
Equip. para Administração	3.112.868	2.854.580	296.455	140.105	203.250	7.207.258
Equip. p/ ensino/pesquisa	29.339.202	17.278.107	549.729	903.460	5.776.934	53.847.440
TOTAL	49.374.978	30.751.041	3.646.479	1.702.015	11.948.244	97.022.757